



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 11 DE MARÇO DE 2025

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)  
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)  
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)  
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Resolução n.ºs 3 a 5/XVI/1.ª, das Propostas de Lei n.ºs 54 e 55/XVI/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 585, 590 a 597, 600 e 601/XVI/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 777 a 785, 789, 790 e 801 a 803/XVI/1.ª.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão do mandato e substituição de um Deputado do PSD, à retoma de mandato de um Deputado do PSD e à assunção de mandato de um Deputado do PSD.

Na abertura do debate da Moção de Confiança ao Governo n.º 1/XVI/1.ª (GOV) — Estabilidade efetiva, com sentido de responsabilidade, interveio o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro), tendo-se seguido no uso da palavra, a diverso título, além daquele orador, os Deputados [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [André Ventura](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Rui Rocha](#) (IL), [Pedro Nuno Santos](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L), [Hugo Soares](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), [Sandra Ribeiro](#) (CH), [Pedro Vaz](#) (PS), [Vanessa Barata](#) (CH) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS).

Em interpelação à Mesa, o Deputado [Hugo Soares](#) (PSD) apresentou, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do [artigo 69.º](#) do Regimento da Assembleia da República, um requerimento solicitando a suspensão dos trabalhos por um período de 30 minutos, tendo usado também da palavra os Deputados [Pedro Nuno Santos](#) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [António Filipe](#) (PCP) e [Isabel Mendes Lopes](#) (L).

Rejeitado o requerimento, foi retomado o debate da moção de confiança, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Pedro Duarte), os Deputados [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [José Carvalho](#) (CH), [Regina Bastos](#) (PSD), [Alexandra Leitão](#) (PS), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Bruno Nunes](#) (CH), [Bruno Ventura](#) (PSD),

[Pedro Pinto](#) (CH), [Marina Gonçalves](#) (PS), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Pedro Nuno Santos](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP), [Hugo Soares](#) (PSD), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Rui Rocha](#) (IL) e [André Ventura](#) (CH).

No encerramento do debate, interveio o Ministro de Estado e das Finanças (Joaquim Miranda Sarmento).

No âmbito do previsto no [artigo 220.º](#) do Regimento da Assembleia da República, o Deputado [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) requereu, potestativamente, a interrupção dos trabalhos, pelo período de uma hora, antes da votação da moção de confiança, após o que aquela moção foi rejeitada.

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 49 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar início à sessão.

*Eram 15 horas.*

Peço aos Srs. Agentes da autoridade o favor de abrirem a porta das galerias, para o público que deseja entrar assistir aos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário da Mesa Jorge Paulo Oliveira vai fazer a leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, várias iniciativas legislativas: Propostas de Resolução n.ºs 3, 4 e 5/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV); Propostas de Lei n.ºs 54 e 55/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV); Projetos de Lei n.ºs 585/XVII/1.<sup>a</sup> (PS), 590/XVII/1.<sup>a</sup> (BE), 591 e 592/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP), 593, 594, 595, 596 e 597/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN), 600 e 601/XVII/1.<sup>a</sup> (L); e Projetos de Resolução n.ºs 777, 778, 779, 780, 781 e 782/XVII/1.<sup>a</sup> (CH), 783, 784, 785, 801, 802 e 803/XVII/1.<sup>a</sup> (L), 789/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) e 790/XVII/1.<sup>a</sup> (BE).

É tudo, muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Agora, vamos ter de fazer a votação de um parecer. Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de o ler.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, em reunião da Comissão de Transparência e Estatutos dos Deputados, realizada no dia 11 de março, foi emitido um parecer, que é do seguinte teor:

«1. A suspensão do mandato requerida pelo Deputado Carlos Eduardo Vasconcelos Fernandes Ribeiro dos Reis (círculo eleitoral de Braga), por um período nunca inferior a 30 dias nem superior a 180 dias, com efeitos a partir do dia 12 de março de 2025, inclusive, e até, no máximo, ao dia 7 de setembro de 2025, inclusive, cumpre os requisitos legais, sendo substituído por Sílvia Oliveira Ferreira da Cunha (círculo eleitoral de Braga), com efeitos a partir do dia 12 de março de 2025, inclusive.

2. A retoma do mandato requerida pelo Deputado António Alberto Pires Aguiar Machado (círculo eleitoral de Vila Real) cumpre os requisitos legais e produz efeitos a partir do dia 17 de março de 2025, inclusive, cessando automaticamente, nesta data, o exercício do mandato pelo Deputado André Pereira Cardoso Marques (círculo eleitoral de Vila Real).

3. A assunção do mandato por Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa por efeito da renúncia ao mandato pela Deputada Cidália Maria Alves de Abreu (círculo eleitoral de Braga) cumpre os requisitos legais e produz efeitos a partir do dia 14 de março de 2025, inclusive.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar este parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Deputado não inscrito Miguel Arruda.*

Estamos, então, agora em condições para poder dar início aos nossos trabalhos.

Embora já estejamos sintonizados com o modelo de debate das moções, não posso deixar de lembrar que a abertura do debate será feita pelo Sr. Primeiro-Ministro. Depois do período de abertura, haverá um período de pedidos de esclarecimento relativos à intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, dispondo cada grupo parlamentar de até 5 minutos para formular o primeiro pedido de esclarecimento, a partir do qual vigora o tempo normal dos 2 minutos.

Os pedidos de esclarecimento ao Sr. Primeiro-Ministro ocorrem por ordem de inscrição. O orador gere livremente a maneira de responder aos pedidos de esclarecimento e o tempo gasto com os pedidos de esclarecimento e resposta, protestos ou contraprotostos, é considerado no tempo atribuído ao grupo parlamentar a que pertence o Sr. Deputado ou a Sr.<sup>a</sup> Deputada. As intervenções também ocorrem por ordem de inscrição.

No fim do debate, o Governo faz uma intervenção de encerramento e, a seguir, será feita a votação, podendo haver um período máximo de uma hora de intervalo, se for requerido por algum grupo parlamentar.

Esta é a prática habitual para este tipo de debates, mas não queria deixar de dar nota dela.

Pedia, então, silêncio à Câmara para poder dar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, para fazer a sua intervenção inicial. Dispõe de 12 minutos para o efeito.

Sr. Primeiro-Ministro, muito boa tarde e é sua a palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Luís Montenegro): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Há ou não confiança institucional do Parlamento para o Governo continuar a executar o seu Programa?

**Vozes do PS:** — Não!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Esta é a questão deste debate.

Como é óbvio, não exigimos a adesão política ao Programa do Governo, mas não podemos prescindir da confiança institucional. Apenas assim Portugal pode preservar a estabilidade política efetiva. Apenas assim Portugal pode evitar a degradação política e institucional para um patamar indigno.

A votação de hoje definirá o rumo político do País. A posição do Partido Socialista, o maior partido da oposição, é decisiva e definirá se vamos ou não ter eleições.

Quando, na Alemanha, os socialistas aceitam um Governo democrático para fazer frente à extrema-direita, veremos se, em Portugal, os socialistas se coligam com a extrema-direita para derrubar um Governo democrático.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, há um ano e um dia, o povo português confiou-nos a responsabilidade de governar o País.

Num exigente contexto parlamentar, garantimos a estabilidade política, promovemos a estabilidade social e consolidámos a estabilidade económica e financeira.

Cumprindo o nosso compromisso com os portugueses, temos executado o Programa do Governo, com o objetivo de resolver os problemas das pessoas e de transformar Portugal; transformar a nossa economia para gerar a riqueza necessária à criação e qualificação do emprego e à sustentação do Estado social.

Estamos a executar o Programa Acelerar a Economia, com destaque para a concretização de investimento público e privado.

Exemplo de resultados concretos é a decisão da Volkswagen de produzir, em Portugal, um carro totalmente elétrico, o que significa muitos anos de vigor na Autoeuropa e em todo o ecossistema da indústria automóvel em Portugal.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Com um horizonte de quatro anos, mas sem perder tempo, o que fizemos, nestes 11 meses, para concretizar o sonho de qualquer português em ser feliz em Portugal?

Descemos os impostos sobre o trabalho, em especial da classe média e sobretudo dos jovens.

O rendimento mensal médio líquido aumentou cerca de 7 %.

Aumentámos as pensões e a comparticipação dos medicamentos.

O desemprego está em mínimos e o emprego em máximos históricos.

Valorizámos 17 carreiras da Administração Pública.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Assegurámos um crescimento económico acima do esperado, ao lado de um *superavit* orçamental e da diminuição da nossa dívida pública.

Decidimos investimentos estruturantes na área aeroportuária, rodoviária e ferroviária, ao mesmo tempo que aumentámos, de forma significativa, as condições de mobilidade urbana.

Está em curso um processo de construção de 59 000 novas habitações públicas.

Acabámos com a bagunça na imigração,...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... reforçando a regulação e a humanização.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Aumentámos o policiamento de proximidade e o combate à criminalidade grave e violenta.

Estamos a executar o Programa de Emergência e Transformação na Saúde e a resolver muitos dos seus problemas estruturais, reduzindo o número de portugueses sem médico de família ou o tempo de espera para atendimento nas urgências.

Estamos a reformular o ensino público, da creche ao ensino superior, dando-lhe mais qualidade e exigência. Lançámos, há dois dias, o maior investimento de sempre no domínio hídrico, a Água que Une.

Estamos a investir na cultura, no desporto, no ambiente e nas parcerias com as instituições sociais.

Com humildade, mas sem falsa modéstia, lembramos que, há um ano, encontrámos um Estado social em colapso e constatamos que hoje temos um País estabilizado e pacificado, com uma *performance* reconhecida internacionalmente.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Está mesmo em curso uma transformação em Portugal, e Portugal não pode parar, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

Sobre a minha conduta, respondi aos requerimentos parlamentares, prestei esclarecimentos, respondi a duas moções de censura.

A minha atividade profissional não teve qualquer influência política. A minha atividade política não teve, nem tem, qualquer influência empresarial.

É completamente abusiva, e até insultuosa, a insinuação de mistura entre a atividade empresarial e a atividade política.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Não cedi a nenhum interesse particular face ao interesse público, ao interesse nacional. Não pratiquei qualquer crime ou falha quanto aos deveres da função, nem há, nas oposições, prova de um único caso concreto que ateste o contrário.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Era o que faltava!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Dito isto, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, estou, como estive sempre, completamente disponível para esclarecimentos adicionais,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... respondendo a requerimentos adicionais e à comissão de inquérito que este Parlamento pode vir a constituir, como estarei disponível para responder, se for necessário, à Procuradoria-Geral da República ou à Entidade da Transparência.

Não temo o esclarecimento nem o escrutínio. Quem não deve, não teme, e eu tenho a minha consciência absolutamente tranquila.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, uma falsidade repetida não se torna verdade,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... mas contamina o ambiente político e cria um clima artificial de desgaste e suspeição sobre o Governo. É disto que se alimenta o populismo e é com isto que se degrada a política.

Isso não nos surpreende no Chega, que tudo tem feito para desviar as atenções dos seus próprios problemas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É, é!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Do seu líder, conhecemos o estilo: dispara primeiro e pergunta depois. Por isso, nunca acerta. Este ano, andou de mãos dadas com o Partido Socialista, com o qual votou contra uma maior redução dos impostos para a classe média ou a criação de uma polícia de fronteiras para combater a imigração ilegal.

*Aplausos de Deputados do PSD.*

Hoje, arrisca-se a ficar na história por se unir à esquerda, para deitar abaixo um Governo de centro-direita.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Diga lá: «Não é não!»

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Da esquerda mais extremista e radical, não temos ilusões, devido ao preconceito ideológico que todos conhecemos.

O que nos choca, o que lamentamos profundamente é a postura do maior partido da oposição. Não resistiu a fomentar a desconfiança, a especulação, a insinuação e até a acusação.

Se o PS quisesse mesmo escrutínio, tinha apresentado o requerimento com as suas perguntas.

**Vozes do PS**: — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não o fez.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sabem que exerci esta função em exclusividade...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e ninguém me pode acusar com fundamento de um único caso de violação de normas de conflitos de interesses.

Mas o que o PS quer é manter a suspeição em lume brando. O PS não olha a meios para promover um desgaste lento, à procura de tirar proveitos políticos para si, um pouco mais à frente.

O líder do Partido Socialista teve o descaramento de afirmar repetidamente que o Primeiro-Ministro exerceu a sua função avençado por empresas. Isto não é sério. Isto é chicana política. Isto é populismo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Isto é a adesão do Partido Socialista às *fake news*. Já sabíamos que o Partido Socialista votava com o Chega, agora usa também as mesmas táticas políticas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Há mínimos que devem ser respeitados na nossa democracia. E este comportamento do Partido Socialista não é digno da história desse partido, nem é digno de uma relação leal entre os grandes partidos portugueses.

Ainda ontem, o Deputado Pedro Nuno Santos me acusou de, depois de ter sido eleito e empossado Primeiro-Ministro, criar uma empresa para receber avenças.

*Protestos de Deputados do PS.*

É mentira! O Sr. Deputado Pedro Nuno Santos mentiu e, se tem ética, tem hoje uma oportunidade de pedir desculpa por isso.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Quero dizer-vos que, para mim, na política, não vale tudo.

Quero dizer-vos que está nas mãos do Partido Socialista saber decidir se vamos para um processo eleitoral antecipado ou não. Está nas mãos do Partido Socialista dizer o que é que quer verdadeiramente no seu esclarecimento.

E eu quero aqui, no final desta intervenção, lançar um desafio direto ao Secretário-Geral do Partido Socialista, ao Deputado Pedro Nuno Santos: estou disponível para suspender esta sessão,...

**Vozes do CH:** — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... se o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos disser, em concreto, que informação pretende, de que forma pretende, em que prazo pretende, para, de uma vez por todas, poder dizer ao País se está ou não está esclarecido.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Nós não estamos aqui num exercício de hipocrisia política em que, sucessivamente, são rejeitadas moções de censura, mas são alimentadas as suspeições, para que tudo continue na mesma.

Esta é a hora da clarificação.

Quem quer verdadeiramente proteger a estabilidade política, salvaguardar o presente e o futuro de Portugal, pode votar pela estabilidade.

Quem quer apenas e só proteger o seu interesse partidário, pode ir por esse caminho.

Eu próprio, o Governo, esta maioria, se tivermos, como temos, de escolher entre as pessoas e o nosso interesse partidário, escolhemos as pessoas. Quem quiser escolher o interesse partidário, segue o seu caminho. Nós estaremos sempre ao lado dos portugueses.

*Aplausos, de pé, do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, estamos aqui a organizar os pedidos de esclarecimento só para que tudo corra bem.

Pedia que a Câmara desse condições para nos ouvirmos bem uns aos outros, pois faz parte da lógica do debate conseguirmo-nos ouvir bem uns aos outros. Claro que o ambiente tem alguma emoção, mas as intervenções têm de ser audíveis.

Para a primeira ronda de pedidos de esclarecimento, com a duração de 5 minutos cada, e tendo já os Srs. Deputados feito inscrição junto da Mesa, vou fazer a chamada por ordem de inscrição, tal como referi.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Paulo Núncio vai perguntar o quê?!

O Sr. **Presidente**: — Peço só 1 minuto.

Inscreveram-se 14 Deputados para formular os seus pedidos de esclarecimento, pelo que pergunto ao Governo como vai responder.

*Pausa.*

O Governo informou a Mesa de que responderá em três grupos.

Vamos, então, dar início ao primeiro grupo de pedidos de esclarecimento e dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP. Dispõe de 5 minutos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, a hora da verdade e da responsabilidade política das oposições chegou. E espero que o Deputado Pedro Nuno Santos tenha a coragem de hoje, neste Parlamento, e perante todos os portugueses, responder ao apelo que lhe foi feito pelo Primeiro-Ministro e acabar com esta irresponsabilidade.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do PS.*

É a oportunidade que o Partido Socialista tem de não atirar o País para uma crise política que nenhum português quer.

Este momento de responsabilidade política dos partidos da oposição surge, precisamente, numa altura em que Portugal atravessa um momento económico muito favorável, apesar de todas as turbulências internacionais.

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — É a herança, é a herança!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Dou três exemplos. Portugal cresce bem acima da média da zona euro e foi mesmo o terceiro País a crescer mais na Europa no final de 2024.

*Protestos do PS.*

O *rating* da República subiu...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço desculpa, não se consegue ouvir o orador. Não se consegue ouvir este, como qualquer outro, e vou ter de estar sempre a interromper para que qualquer orador, de qualquer grupo parlamentar, possa ser audível. Qualquer um!

*Aplausos de Deputados do PSD.*

Portanto, pedia a colaboração de todos os Srs. Deputados para que este seja um debate com a dignidade que este Parlamento merece.

Faça favor, Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O que os portugueses esperam da oposição não é barulho, é responsabilidade no debate de hoje. Espero que haja coragem para assumir essa responsabilidade e para não atirarem o País para uma crise absolutamente irresponsável.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!



O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Como dizia, Portugal está a atravessar um momento particularmente favorável do ponto de vista económico. O *rating* da República subiu para o nível A, um nível que Portugal perdeu precisamente em 2010, com um Governo irresponsável do PS, de José Sócrates.

E, finalmente, como o Sr. Primeiro-Ministro já disse, Portugal garantiu hoje que o novo modelo elétrico da Volkswagen será produzido na fábrica da Autoeuropa, em Palmela.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, há uma pergunta que se impõe. Que impacto é que uma crise política provocada pela espiral destrutiva das oposições pode ter no crescimento económico, no *rating* da República e na atração de investimento estrangeiro para Portugal?

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 5 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o escrutínio da Spinumviva começa com uma alteração inexplicável à lei dos solos,...

*Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

... feita por governantes que tinham interesses imobiliários, e um deles acabou por sair do Governo.

Confesso, Sr. Primeiro-Ministro, que nunca me pareceu que houvesse um conflito com a Spinumviva em matéria de interesses imobiliários.

**Vozes do PSD**: — Ah!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Foi uma acusação que nunca lhe fiz. Nunca!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade! É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E tomei como boas as explicações do Sr. Primeiro-Ministro no debate da primeira moção de censura, em que apresentou a Spinumviva como uma entidade para gerir um património de família, para gerir uma quinta no Douro, imóveis em Vila Real. E o Bloco não insistiu nessa questão.

Ficámos, entretanto, a saber que a Spinumviva não é nada daquilo que nos tentou fazer crer. É uma empresa para gerir os seus negócios, é uma empresa que serve os clientes que foram angariados por Luís Montenegro, e por mais ninguém, é uma empresa que tem clientes que continuaram a pagar avenças enquanto o Luís Montenegro era Primeiro-Ministro, e isso coloca em questão um dever legal de exclusividade.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Que lata! Deviam pôr o Fabian a falar!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Entendemos, então, que o Primeiro-Ministro tinha omitido informações importantes e dissemos quais eram: os clientes, os pagamentos, os serviços, as datas dos serviços.

O Primeiro-Ministro anunciou uma declaração em 24 horas, esperámos 24 horas por essa declaração ao País. Na declaração, o Primeiro-Ministro não acrescentou nada, anunciou a passagem da empresa — que, alegadamente, já não era sua —...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E não era!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... para os seus filhos e anunciou que pediria escusa de decisões sobre um cliente que, supostamente, já não era cliente.

Sr. Primeiro-Ministro, se entendia que não havia um conflito de interesses, porque é que pediu escusa? Se havia um conflito, porque é que não o declarou antes de as notícias virem a lume e o denunciarem?

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Depois da declaração pública, e uma vez que não tinha explicado, o Bloco de Esquerda enviou 14 perguntas escritas ao Primeiro-Ministro. Esperámos uma semana pelas respostas e, entretanto, houve um outro debate — não estou a culpar o Sr. Primeiro-Ministro pela demora, sei que houve uma demora na Mesa da Assembleia, não é essa a questão que está aqui em causa — da moção de censura, e o Sr. Primeiro-Ministro voltou a não dar esclarecimentos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Foi logo respondido na primeira moção de censura, logo na primeira!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Ficámos a saber que iria haver uma resposta escrita, através do verso de uma folha do Ministro Leitão Amaro que foi difundido publicamente — nenhum problema, nada contra. Foi assim que soubemos que as perguntas iriam ser respondidas, ainda bem que foram, e foram. Ontem, recebemos as respostas. Elas não acrescentam nenhuma informação àquilo que já tinha sido divulgado.

*Protestos do PSD.*

Eu sei que o Primeiro-Ministro dirá que nunca vai poder dar todos os esclarecimentos quando os Deputados não querem ser esclarecidos. Mas nós não temos culpa de que o Primeiro-Ministro não esclareça e não responda às perguntas que entendemos fazer, preferindo responder a outras que não fizemos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Quais?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Por isso, continuamos sem saber o nome dos clientes não regulares, continuamos sem saber o valor das avenças, continuamos sem saber a prova dos serviços e os serviços que especificamente foram prestados, continuamos sem saber quem prestou os serviços, como prestou os serviços, qual é o vínculo desses colaboradores e quanto foi cobrado por essa prestação.

O Sr. Primeiro-Ministro continua sem conseguir justificar o negócio jurídico da venda das quotas e, além disso, continua sem dizer se declarou contas de depósitos à ordem que, no seu conjunto, somam mais de 50 salários mínimos nacionais. Temo que não o tenha feito. Essa é a minha interpretação das respostas que deu, as quais são um bocadinho confusas.

Sr. Primeiro-Ministro, um primeiro-ministro não pode ter património? Pode. Um primeiro-ministro não pode ter passado e profissão? Pode. Pode ter participações em empresas? Pode. Não vale a pena o discurso demagógico, em que se faz de vítima, dizendo que está impedido de ter vida profissional, porque não é isso que está em causa.

O Primeiro-Ministro não pode é receber avenças de uma empresa que não existe fora da esfera do Primeiro-Ministro.

*Protestos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É falso!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E o Primeiro-Ministro não pode recusar-se a fornecer os dados sobre a empresa.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É demagogia pura!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Se o Primeiro-Ministro decidiu apresentar uma moção de confiança, ninguém o obrigou a apresentá-la. Está aqui por iniciativa própria.

E há muita gente que faz uma pergunta simples: se não quer eleições, porque é que apresenta a moção de confiança?

*Aplausos do BE.*

**Vozes do PS:** — Ah!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E a resposta, Sr. Primeiro-Ministro, é só uma. Se o Sr. Primeiro-Ministro pudesse continuar a ser Primeiro-Ministro, continuava, mas, como não pode,...

**Vozes do PSD:** — O quê?!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... apresenta uma moção de confiança e atira o País para eleições.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente:** — Para um pedido de esclarecimento, vou dar a palavra ao Sr. Deputado André Ventura. Dispõe também de até 5 minutos para o formular.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, há uma questão que é importante clarificar hoje. O Sr. Primeiro-Ministro trouxe a este debate no Parlamento uma moção de confiança, mas disse ontem que se fosse suspeito de crimes relacionados com esta situação...

**Vozes do PSD:** — Arguido! Arguido!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... se candidataria na mesma.

Gostava de lhe perguntar se a situação que comparámos à de António Costa, em relação à Operação *Influencer*, se mantiver, ou seja, se o Primeiro-Ministro for por esta via suspeito de algum crime, formalmente — seja ele de recebimento indevido, de corrupção, seja o que for —, se continuará a ser candidato. Gostava que clarificasse esta resposta.

Mas o Sr. Primeiro-Ministro já disse que quer uma comissão de inquérito, e isso será positivo para o País. Porém, este é provavelmente, Sr. Primeiro-Ministro, o último debate que teremos aqui, no Parlamento, sobre a sua governação.

*Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.*

E por isso, eu não vou deixar passar a governação em claro, àquilo que fez, porque, provavelmente, será a última vez que debateremos neste Parlamento, pois eu estou convencido de que o Chega vencerá as próximas eleições legislativas.

*Aplausos do CH.*

*Risos da IL.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ridículo!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Sr. Primeiro-Ministro disse: «Deixo o País muito melhor do que o encontrei.» Sr. Primeiro-Ministro, eu gostava de lhe mostrar isto, porque acho que é uma prova de como governou: um terço dos autarcas em fim de mandato já arranjaram um tacho no Governo,...

*O orador exibiu um documento.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... ou dado pelo Governo. Um terço dos autarcas em fim de mandato!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Pensei que ia falar de governação!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Fala baixo!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Esta é uma prova de como governou nos últimos tempos. Governou a tentar arranjar para o próprio PSD, para os autarcas que já não podiam governar nos seus municípios, um cargo para lá ficarem.

O Primeiro-Ministro falou de saúde, disse que deixou o País melhor do que estava.

*Protestos do PSD.*

Temos hoje um País muito pior do que tínhamos há uns anos. Temos portugueses — à volta de 1 milhão — sem médico de família, temos demissões nos hospitais e nas urgências de hospitais a toda a hora, temos dirigentes de hospitais a dizerem que o Governo, e cito: «(...) nunca fez o seu trabalho em matéria de saúde, a saúde está um caos». É este o País que deixará para governar no dia de hoje à tarde.

O Sr. Primeiro-Ministro disse que a oposição não lhe dá estabilidade política e que, por isso, a moção de confiança de hoje é um apelo à responsabilidade do Chega e do Partido Socialista, que podem determinar essa maioria. Mas nós não nos esquecemos que, quando chegou aqui ao Parlamento, a primeira expressão que utilizou não foi para pedir estabilidade, foi para dizer: «não é não».

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Então, se «não é não», não é não, Sr. Primeiro-Ministro. Não é não!

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PSD.*

Sr. Primeiro-Ministro, como este é o último debate que aqui teremos, eu não queria deixar de lhe dizer, olhos nos olhos, que teve nas mãos a possibilidade...

**Vozes do CH:** — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... de construir uma maioria histórica, a maioria que os eleitores deram naquelas eleições do dia 10 de março.

*Protestos do PSD e da IL.*

Não foi...

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados! Srs. Deputados!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... eu sei que isto custa à IL, que só tem oito Deputados,...

*Risos do Deputado do Chega Pedro Pinto.*

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Deixa lá. Vamos ver!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... mas estamos a falar das maiorias, não das minorias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, nós tivemos na mão — e o eleitorado que nos está a ver sabe isso — a possibilidade de afastar aqueles senhores de vez da governação do País.

*O orador apontou para a bancada do PS.*

Não foi mais ninguém senão o Sr. Primeiro-Ministro, não foi mais ninguém senão a sua arrogância,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... a sua altivez, a sua incapacidade em dialogar,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... que pode levar aqueles senhores...

*O orador apontou para a bancada do PS.*

... novamente ao Governo de Portugal.

*Aplausos do CH.*

Foi a sua arrogância e a arrogância desta bancada que levaram o País a isso.

*O orador apontou para a bancada do PSD.*

*Protestos do PSD e do PS.*

Venderam-se ao PS na imigração, venderam-se ao PS no IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas), optaram por deixar o seu eleitorado sozinho na imigração para agradar ao Partido Socialista, e agora queixa-se do Partido Socialista.

Ó Sr. Primeiro-Ministro, já devia ter percebido há muito tempo uma coisa que a política portuguesa sabe: àqueles senhores,...

*O orador apontou para a bancada do PS.*

... nem um pacote de azeitonas nós lhe comprávamos, porque não merecem.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Azeitonas? Ou estará a pensar em amendoins?!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder a este primeiro conjunto de pedidos de esclarecimento. Tem 5 minutos. Faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, Sr. Deputado André Ventura, obrigado pelas vossas questões.

Começando pelo fim, Sr. Deputado André Ventura, eu registo as suas lágrimas de crocodilo,...

**Vozes do CH**: — Oh!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... na medida em que o Sr. Deputado se queixou da falta de entendimento entre o Governo e o Chega, mas aquilo que nós tivemos nestes 11 meses foi um flagrante entendimento entre o Chega e o Partido Socialista.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Assim foi desde a primeira hora. Assim foi na eleição do Presidente da Assembleia da República,...

*Protestos do PS.*

... assim foi inviabilizando a proposta do Governo de diminuição do IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) para a classe média, assim foi com a abolição das portagens nas ex-SCUT (sem custos para o utilizador),...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — No SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... assim foi inviabilizando a criação de uma unidade de estrangeiros e fronteiras na Polícia de Segurança Pública, assim foi no âmbito do IVA (imposto sobre o valor acrescentado) da eletricidade.

Ó Sr. Deputado, foram mais as vezes em que o Sr. Deputado esteve de braço dado com o Partido Socialista...

**Vozes do PS**: — Não é verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... do que aquelas em que não esteve, Sr. Deputado.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Eu registo, eu registo, e registo porque acho que os seus eleitores também registaram. Os eleitores que votaram no Chega a olhar para uma alternativa ao socialismo viram que, afinal de contas, por razões mesquinhas da política, o Chega sucumbiu àquela que é a ideia de governação do Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — O senhor percebe muito disso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que relativamente à política de nomeações deste Governo, nós temos prezado essa política por critérios de competência. E é verdade que há, nos autarcas do Partido Social Democrata, como de resto do Partido Socialista e dos outros partidos, que exerceram funções durante muitos anos, a maior parte deles durante mais de 10 anos, um acumular de competência, um acumular de conhecimento, que os habilita a desempenhar outras funções públicas. E nós não temos nenhum problema em assumir isso.

Já o Sr. Deputado gosta mais de ir aos restos das listas das eleições legislativas recrutar aqueles que quer,...

*Aplausos do PSD.*

... para compor, nomeadamente, as suas bancadas.

*Protestos do CH.*

Em matéria de definição dos critérios de recrutamento, Sr. Deputado, estou à vontade para discutir consigo quando quiser, onde quiser, com os critérios que o Sr. Deputado entender que são mais convenientes.

Quero dizer-lhe também, Sr. Deputado, que aquilo que eu disse ontem não foi que estava a contar — porque não estou efetivamente — ser suspeito de coisa nenhuma.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Estava a perguntar!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Perante a pergunta que me foi colocada, se fosse constituído arguido, no âmbito das averiguações que estão a ser feitas sobre esta situação concreta, se eu mantinha a minha candidatura,...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Não parece!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... respondi que mantenho, sim senhor, porque eu tenho a consciência totalmente tranquila sobre o cumprimento das normas legais e sobre o cumprimento dos meus deveres de função, Sr. Deputado.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Deputado Paulo Nuncio, não há dúvida nenhuma de que esta é a prova, hoje será a prova, do sentido de responsabilidade de todos nós. O Governo apresentou a moção de confiança porque as oposições duvidam das condições em que, do ponto de vista institucional, nós estamos a cumprir a tarefa de executar o Programa do Governo. Nós fomos legitimados porque esta Assembleia não rejeitou o nosso programa; nós queremos que esta Assembleia confirme que mantém esse entendimento.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — É o Miguel Albuquerque 2.0!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quem tem de opinar sobre estas condições não é o Governo. Nós entendemos que estamos em plenas condições de continuar o grande e excelente trabalho que estamos a desenvolver, modéstia à parte.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Então, porque é que apresentaram a moção?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Agora, Sr. Deputado, se os partidos da oposição, nomeadamente o Partido Socialista, entende que o País não deve ter eleições, tem um instrumento muito simples: não vota contra a moção de confiança. Nem sequer precisa de votar a favor, pode até abster-se na moção de confiança.

**Vozes do PS**: — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós não estamos a pedir ao Partido Socialista que adira ao programa político do Governo.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vá ver o que é uma moção de confiança!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Estamos a pedir ao Partido Socialista que diga ao País, em nome da sua representação política, em nome dos portugueses que representa, se está ou não está em condições de admitir que nós temos condições para prosseguir.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, lamento dizer-lhe, mas, efetivamente, aquilo que concluiu é aquilo que eu tenho resumidamente para lhe dizer. Eu estou disponível para poder aprofundar ainda mais as nossas e as minhas respostas. Tive ocasião de desenvolver as respostas às perguntas que o Bloco de Esquerda nos fez chegar — que só chegaram no final da última semana, tive dois dias para responder a essas perguntas — e estou disponível para o fazer.

*Protestos do BE.*

Por isso, lancei até o desafio: se quiserem, podemos suspender este debate...

**Vozes do PS:** — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... e podemos organizar a forma como o Parlamento, e em particular o Partido Socialista, quer que eu responda a essas perguntas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Risos do BE.*

O Sr. **Presidente:** — Podemos pedir ao Sr. Presidente da Assembleia a suspensão do debate, Sr. Primeiro-Ministro!

Vou dar agora a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada do PAN, Inês de Sousa Real. Dispõe de 2 minutos, tem menos tempo que os oradores anteriores.

Precisamos de ouvir também, com todas as condições, o pedido de esclarecimento que tem para fazer. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, nos últimos dias, temos ouvido uma crónica que tem uma morte anunciada nesta moção de confiança, mas cujo narrador, de facto, não tem querido contar a história toda, ou tem-na contado de forma enviesada. É que esta moção de confiança que nos traz sobre o Governo, na verdade, tem por origem factos que são única e exclusivamente da responsabilidade do Primeiro-Ministro, e está a misturar duas figuras e dois órgãos distintos.

Sr. Primeiro-Ministro, colocar-se nesta situação, depois de se ter escusado a prestar todos os esclarecimentos...

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Falso!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... ao longo do debate de duas moções, como é que vai justificar ao País que estamos há 19 dias a debater a idoneidade do Primeiro-Ministro, a credibilidade do Primeiro-Ministro, e que estamos também há três anos de ato eleitoral em ato eleitoral?

Este último agora pela mão, precisamente, do Primeiro-Ministro, que vai arrastar o País para um gasto de mais de 25 milhões de euros para andarmos aqui a trazer, mais uma vez, um atraso estrutural àquelas que são as respostas de que o País precisa, em vez de estarmos a dar resposta à crise habitacional, à insegurança que as pessoas sentem, à proteção animal, ao ambiente. E mais ainda, Sr. Primeiro-Ministro, quando temos um contexto económico internacional que, de facto, nos devia convocar para uma maior estabilidade política interna.

Mas precisamente porque estamos perante uma situação que é da sua responsabilidade, o Sr. Primeiro-Ministro, em vez de estar num braço de ferro, em particular com o líder do PS e do Chega, e ser o primeiro a dar o braço a torcer e retirar a moção de confiança,...

**Voz do PS:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... prefere teimar em levar-nos para novas eleições.

Que fique claro, o PAN votou contra o Programa do Governo, somos contra aquilo que tem feito nos recuos da proteção animal, somos contra aquilo que fez na lei dos solos, somos contra o atraso sistemático nas respostas do SNS (Serviço Nacional de Saúde), mas somos a favor de uma maior transparência.

E hoje pedimos-lhe uma coisa muito simples: sentido de Estado,...

**Vozes do PS:** — Muito bem!



**Vozes do PSD:** — Oh!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... porque nenhum Primeiro-Ministro pode ter qualquer suspeição sobre si.

Retire a moção de confiança, e aí, sim, tenha a humildade de falar em particular com os dois maiores partidos da oposição neste Parlamento para ver qual a solução, porque quanto à moção de confiança, o PAN já deixou bem claro...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos de Deputados do PS.*

O Sr. **Presidente:** — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo, do Partido Comunista Português. Dispõe também de até 5 minutos.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, de facto, já o tenho dito, vou reafirmá-lo, não há explicações possíveis que possa dar relativas aos casos que o envolvem, nem melhorias na comunicação que consigam justificar aquilo que é injustificável.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — E o Sr. Primeiro-Ministro poderia e deveria ter tomado a atitude certa, que teria sido demitir-se. Mas não o fez, nem o faz, e o que tenta é iludir a incompatibilidade dos seus interesses — justos interesses particulares — com a gestão dos interesses do País, levar o País para eleições e tentar sacudir as suas responsabilidades.

O Sr. Primeiro-Ministro não admite o erro e, numa fuga para a frente, carrega novamente com a propaganda — ainda agora o fez mais uma vez na sua intervenção, e está no seu direito, naturalmente — e apresenta uma moção de confiança que, na prática, é um exercício de vitimização, e é esse o objetivo.

O Sr. Primeiro-Ministro quer, a todo o custo, salvar a sua imagem e quer, a todo o custo, salvar a continuidade de uma política ao serviço — temo-lo denunciado — dos interesses dos grupos económicos e das multinacionais.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muito bem!

*Protestos do PSD e do CH.*

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É isso que está em causa.

É isso que está em causa e é isso que justifica as dezenas, centenas de vozes que se repetem, como ouvimos nos últimos dias, que, em nome de uma dita estabilidade, o que querem é a estabilidade das benesses, o que querem é a estabilidade dos negócios, o que querem é a estabilidade dos benefícios, em que tudo é importante menos a estabilidade da vida de quem trabalha e de quem põe o País a funcionar.

*Aplausos do PCP.*

Sr. Primeiro-Ministro, o que acha que pensam aqueles que hoje estão a pôr o País a funcionar, aqueles que trabalharam uma vida inteira, aqueles que hoje estão a enfrentar as dificuldades da vida, que estão a ir ao supermercado e que se confrontam com um aumento brutal do custo de vida, como todos nós sabemos aqui, nesta Casa? O que é que acha que toda essa gente pensa de tudo isto que está a acontecer no nosso País?

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Essa é que é essa!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — O capital manda, o seu Governo executa, a Iniciativa Liberal e o Chega apoiam e o PS leva o seu apoio até ao limite dessa sua prática.

*Aplausos do PCP.*

Sr. Primeiro-Ministro, queria dizer-lhe que o PCP se recusa a participar nesta autêntica novela, neste jogo de sombras, neste passar de responsabilidades, neste passa-culpas, nesta tentativa de transpor para o outro as responsabilidades que são de cada um daqueles que aqui estão.

*Aplausos do PCP.*

E não alimentamos toda esta novela em detrimento daquilo que é preciso resolver, que é a vida das pessoas.

Sr. Primeiro-Ministro, a sua moção de confiança é, de facto, uma declaração de confiança para garantir que os grupos económicos e as multinacionais continuam a levar por diante...

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — É a cassete!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Deputado, outra vez cassete?!... Já lá vamos à cassete.

Como dizia, a sua moção de confiança é uma declaração de confiança aos grupos económicos de que continuam a levar por diante não só aquilo que o Governo concretizou até agora, mas também aquilo que está no plano de concretização para o futuro. É uma moção de confiança, de facto, esse caminho.

Mas a rejeição do PCP à sua moção de confiança é um sinal claro de combate a esta política de retrocesso e de aperto da vida da maioria de quem cá vive e cá trabalha.

*Aplausos do PCP.*

E é, sobretudo, um sinal de esperança e um sinal de mobilização por uma outra política que enfrente o aumento do custo de vida, que aumente salários e pensões, que responda às necessidades do Serviço Nacional de Saúde e o defenda, que garanta a segurança social, que ponha o País a produzir, que responda aos direitos dos trabalhadores, daqueles que trabalham por turnos, que fazem trabalho noturno e ao fim de semana, e que responda às necessidades e aos direitos das crianças e dos seus pais.

Sr. Primeiro-Ministro, é aqui que se dá o nosso confronto, o confronto entre a sua política, as suas opções e a defesa da política que queremos, o confronto entre os interesses que o Sr. Primeiro-Ministro e a sua política servem e aqueles de que o PCP não abdicará por um País mais desenvolvido e mais soberano.

Há gente séria e há gente capaz no nosso País de levar por diante este caminho, este rumo que responde às necessidades da maioria, e é aqui que o PCP está e daqui o PCP nunca sairá.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, Iniciativa Liberal, que dispõe de 5 minutos. Faça favor.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, os portugueses merecem que os responsáveis políticos estejam à altura das circunstâncias, mas a verdade é que os responsáveis políticos têm falhado aos portugueses.

Nas últimas horas saíram vários estudos de opinião que dizem duas coisas muito claras: primeiro, os portugueses não querem eleições; segundo, os portugueses querem explicações.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E não querem como Primeiro-Ministro o Montenegro!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Ora, o Sr. Primeiro-Ministro e também as bancadas que suportam o Governo, entre dar explicações e ir a eleições, optaram por ir a eleições. Da mesma maneira, as restantes bancadas desta Assembleia, com exceção da Iniciativa Liberal, entre obter explicações e ir a eleições, optaram por ir a eleições.

É de todos, de todos, uma enorme irresponsabilidade.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — E essa irresponsabilidade é particularmente grave no momento que vivemos na Europa e no mundo.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — O que se discute na Europa neste momento, e o Sr. Primeiro-Ministro sabe-o bem, é o realinhamento geoestratégico, é o investimento na defesa, é o rearmamento, é o nuclear.

Entretanto, aqui, em Portugal, por decisão de todas estas bancadas e do seu Governo, estamos a mergulhar numa crise política que os portugueses manifestamente não entendem.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — É por isso, Sr. Primeiro-Ministro, que a Iniciativa Liberal decidiu votar a favor desta moção de confiança.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Não, não é!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Mais uma vez, os estudos de opinião recentes dizem que a Iniciativa Liberal é, provavelmente, o partido que neste momento ficaria mais beneficiado com eleições.

**Vozes da IL:** — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Nós não decidimos em função do interesse partidário; decidimos em função do interesse do País.

*Aplausos da IL*

*Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.*

Esta votação favorável à moção de censura não implica que não tenhamos divergências profundas em muitas matérias da governação da AD (Aliança Democrática), mas sabemos aquilo que está aqui em discussão: estamos a discutir, Srs. Deputados, se o País vai ou não para uma crise política profunda.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Já está! Já está!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — E a decisão da Iniciativa Liberal é estar, nesta matéria, ao lado dos portugueses e ao lado daquilo que os portugueses desejam.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Primeiro-Ministro, o senhor falhou! Falhou desde logo quando permitiu a contaminação dos problemas de Luís Montenegro com a função de Primeiro-Ministro.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Falhou, depois, quando permitiu a contaminação dos problemas pessoais de Luís Montenegro com o Governo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — E a seguir, falhou ainda quando deu indicação aos seus ministros para irem às televisões defender os problemas pessoais de Luís Montenegro e não as políticas do Governo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Falhou também quando negou explicações, atrasou explicações, deu explicações pela metade e, sobretudo, com a apresentação desta moção de confiança, quando entendeu levar o País para eleições para não dar mais explicações.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Primeiro-Ministro, este era o tempo da responsabilidade política, do sentido de Estado, e os senhores, bem como todas as outras bancadas, o Chega, o CDS, o PSD, o PAN, o PS, o Livre, o PCP e o Bloco de Esquerda, decidiram levar o País para uma enorme crise política.

*Aplausos da IL.*

Os senhores entenderam — todos, todos, todos! — que ganhavam esta discussão com os jogos palacianos, com os jogos de espelhos, com a concretização de uma narrativa que lhes permitisse, nas eleições, imputar a culpa a terceiros ou vitimizarem-se. Esse é um erro que o País não perdoará a toda esta Assembleia e também ao Sr. Primeiro-Ministro.

E os senhores quiseram também, além de criar essa narrativa, passar uma mensagem aos portugueses, quiseram, com tudo isto, dizer aos portugueses — eles que não percebem porque é que o País vai para eleições, eles que não percebem as razões desta crise política — que eles lá em casa estão enganados.

E é esta mesmo a pergunta que eu quero fazer ao Sr. Primeiro-Ministro. O Sr. Primeiro-Ministro considera que os portugueses, que não querem eleições, mas querem mais explicações, estão enganados? O senhor considera que vir agora, hoje, na discussão da moção de confiança que apresentou, dizer que está disponível para dar mais explicações, quando, mal ou bem, até já existe uma comissão parlamentar de inquérito pedida, é forma de ajudar o País?

Sr. Primeiro-Ministro, estão os portugueses lá em casa enganados quando querem estabilidade e nenhum dos senhores a promoveu?

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, Sr. Deputado Paulo Raimundo, Sr. Deputado Rui Rocha, todos colocaram a questão da apresentação da moção de confiança, apelaram ao sentido de responsabilidade do Governo, com a diferença de o Sr. Deputado Paulo Raimundo ter assumido frontalmente a sua oposição às políticas do Governo e a sua pretensão de ver cessar o trabalho do Governo. Esta foi a diferença entre a sua intervenção e a intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real e do Sr. Deputado Rui Rocha.

Deixem-me dizer-vos o seguinte: eu nunca escondi, e reafirmo-o aqui, que não tenho dúvida nenhuma que as portuguesas e os portugueses em casa não percebem o que é que está a acontecer. Eu não tenho dúvida nenhuma que não desejam ter eleições antecipadas.

**Vozes do PS**: — Mas porque será?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Então, retire a moção de confiança!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu não tenho dúvida nenhuma até que estão globalmente satisfeitos com o desempenho do Governo.

**Vozes do PSD e do CDS-PP**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu até tenho a convicção profunda de que há uma adesão crescente das portuguesas e dos portugueses aos princípios de execução do Programa do Governo e até aos primeiros resultados que já se vão obtendo.

Há pouco acabei por não responder ao Sr. Deputado Paulo Nuncio, mas é verdade. Não é por acaso que nós conseguimos trazer para Portugal e para a Autoeuropa a produção do novo carro elétrico da Volkswagen...

*Protestos do PS, do CH e do BE,*

... numa conquista em que estávamos em disputa com dois outros países do leste europeu altamente competitivos do ponto de vista da sua mão de obra, do ponto de vista dos seus incentivos fiscais, do ponto de vista do seu ambiente de negócios.

*Protestos do PS e do L.*

E até é caso para dizer que esta decisão se consumou já quando este período de instabilidade se estava a viver, com a convicção de que ele não ia, desse ponto de vista, atrapalhar um caminho que está hoje muito consolidado, muito solidificado de afirmação de estabilidade económica e financeira.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Que vergonha! Há tanto tempo que está a ser negociado!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas, dito isto, Sr.<sup>a</sup> Deputada e Srs. Deputados interpelantes, tendo eu consciência disto, porque é que há necessidade de trazer esta moção de confiança à Assembleia da República? Por uma questão de verdade, por uma questão de transparência,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — De transparência?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... por uma questão de lealdade, por uma questão de assegurar o regular funcionamento das instituições.

Nós tivemos a discussão, nos últimos 15 dias, de duas moções de censura nesta Assembleia da República. As moções de censura foram rejeitadas. Em cima dessa rejeição, os partidos que não as viabilizaram insistiram nas suspeições sobre as condições de exercício do trabalho do Governo e, em particular, da continuação da sua capacidade de executar o respetivo programa.

A moção de confiança foi, aliás, muitas vezes, nomeadamente nos dois maiores partidos da oposição, um desafio dos próprios.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O líder do Chega, a líder parlamentar do Partido Socialista, preeminentes dirigentes do Partido Socialista e até, de alguma maneira também, o Secretário-Geral do Partido Socialista, disseram que se o Governo sentia que não tinha condições para executar o seu programa, então devia suscitá-lo à Assembleia da República.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E eu quero dizer o seguinte: é a minha obrigação interpretar o interesse nacional.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu sei que as portuguesas e os portugueses não desejam ter eleições hoje, mas também sei que as portuguesas e os portugueses não nos perdoarão se nós encaminharmos o País para um ano ou um ano e três meses de degradação da vida política, de diminuição da capacidade de o Governo executar o seu programa,...

*Protestos do PS.*

... se nós não nos entendermos naquela que é a essência do nosso regime político-constitucional, que é a seguinte: há um Governo que foi empossado, há um Parlamento que não rejeitou o seu programa e, portanto, há condições para a execução do Programa do Governo.

É essa pergunta que nós fazemos aos partidos políticos com assento na Assembleia da República e é essa pergunta que tem de ser respondida por todos. O Sr. Deputado Rui Rocha responde afirmativamente, e nós registamos e registamos com agrado, mas o Sr. Deputado não tem a representatividade suficiente para, com esse voto, fazer aprovar a moção de confiança.

É preciso que os outros partidos também digam o que pensam e, em particular, o principal partido da oposição, a quem basta abster-se nesta moção.

*Protestos do PS.*

Eu respondo a tudo aquilo que quiserem que eu responda, mas tem de ser na convicção de que definem o âmbito das perguntas, que definem o objeto e o método para a resposta e o prazo para a resposta. Eu estou disponível para isso!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É na CPI (comissão parlamentar de inquérito)!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não pode é ser sempre na mesma lógica de que a cada resposta há nova dúvida, em cima da nova resposta há nova dúvida, e não saímos desta espiral levando o País connosco.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A minha obrigação é dizer assim: «Nós temos um País para defender e devemos defendê-lo, mesmo antecipando os problemas!»

*Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.*

*Protestos de Deputados do PS e contraprotostos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra ao próximo orador, que é o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, do Partido Socialista, que também dispõe de 5 minutos para um pedido de esclarecimento.

Pedia à Câmara que também desse condições para o ouvir.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Sr. Primeiro-Ministro está zangado, eu compreendo isso, mas só se pode queixar de si próprio. Esta crise é da exclusiva responsabilidade do Sr. Primeiro-Ministro.

*Aplausos do PS.*

O Partido Socialista deu, desde o dia 10 de março de 2024, todas as condições para que pudesse governar. Chumbámos a moção de rejeição do seu Programa do Governo,...

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Está arrependido!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... viabilizámos a eleição do Sr. Presidente da Assembleia da República, viabilizámos um Orçamento do Estado e chumbámos duas moções de censura.

Mas também dissemos que nunca aceitaríamos votar favoravelmente ou viabilizar uma moção de confiança. Dissemos isso no dia 10 de março de 2024 e voltei a repeti-lo nos dois debates das moções de censura que tivemos.

O Sr. Ministro das Infraestruturas disse, há poucos dias: «Mas as circunstâncias mudaram.» É verdade, Sr. Primeiro-Ministro: as circunstâncias mudaram, só que mudaram para pior.

O Sr. **Ricardo Costa** (PS): — Exatamente!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Se votaríamos contra uma moção de confiança em janeiro, hoje, infelizmente, temos muito mais razões para a chumbar.

*Aplausos do PS.*

Mas bastava ler o texto da moção de confiança ou estar atento à sua primeira intervenção para perceber rapidamente que não é intenção do Sr. Primeiro-Ministro ter o voto de qualquer partido desta Assembleia da República na moção de confiança. O único objetivo é ir para eleições antes de uma comissão parlamentar de inquérito.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, não!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, se quer evitar a comissão parlamentar de inquérito, tem uma solução: retire a moção de confiança.

*Aplausos do PS.*

Já sabe qual é o âmbito e o objeto daquilo que queremos saber, o requerimento já foi entregue. A solução é retirar a moção de confiança e aceitar a comissão parlamentar de inquérito.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Primeiro-Ministro montou este teatro, para o qual arrastou o seu partido e todo o Governo, e agora quer arrastar o País consigo para esta crise política.

Há muita gente que diz — e bem — que o Sr. Primeiro-Ministro tem o direito a ter empresas. O problema é que a empresa do Sr. Primeiro-Ministro não é como a maioria esmagadora das empresas em Portugal.

*Protestos do PSD.*

A vida de um empresário em Portugal é difícil. O empresário trabalha de sol a sol para conseguir encomendas e clientes que lhe permitam...

*Protestos do PSD e contraprotestos do PS.*

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Estão nervosos!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PS e o PSD são isto! Arruaceiros!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está parado o tempo.

Srs. Deputados, é normal que haja divergências de opinião, mas temos de nos ouvir uns aos outros.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Os empresários trabalham de sol a sol para conseguir encomendas e clientes que lhes permitam pagar salários, impostos e segurança social.

O Sr. Primeiro-Ministro criou uma empresa dois anos antes de ser eleito Presidente do PSD — lamento o lapso de ontem —...

**Vozes do PSD**: — Ah!...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... e conseguiu dois anos...

*Protestos do PSD.*

Sr. Presidente, preciso de condições e de tempo para fazer a minha intervenção.

O Sr. **Presidente**: — O tempo está a parar.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não, não está.

O Sr. **Presidente**: — Parem o tempo, por favor.

*Continuação de protestos do PSD.*

Aqui da Mesa é sempre muito simples ver. Quando se fala à direita, ouve-se à esquerda; quando é da esquerda, ouve-se à direita.

*Protestos do PS e do L.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não, não, não!

O Sr. **Presidente**: — Boicotam-se uns aos outros e os portugueses não conseguem perceber nada. E queremos todos esclarecer os portugueses. Repito: queremos todos esclarecer os portugueses.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Diga lá que é da bancada do PSD!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — A sua empresa não é igual à maioria das empresas em Portugal. Em 2022, recebeu, de um empresário ligado ao PSD ou próximo, 238 000 € para pagar uma reestruturação, um plano de ação, um plano de desenvolvimento. Estamos a falar de uma empresa com uma margem de lucro reduzida,...

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — E?!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... um resultado líquido de exercício, em 2022, de 12 000 € e, em 2023, de 32 000 €,...



O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E como é que o senhor sabe isso? É incrível!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... que pagou 20 vezes mais do que o seu resultado líquido de 2022 por uma reestruturação.

Essa empresa podia ter, com esse valor e dada a sua dimensão, contratado a Roland Berger ou a Deloitte. Contratou um advogado que não tem nem experiência, currículo ou histórico de reestruturação de empresas nem conhecimento de gasolineiras.

*Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

*Risos do Deputado do PS Nelson Brito.*

Sr. Primeiro-Ministro, é natural que qualquer empresário em Portugal, ou qualquer português, tenha dúvidas sobre como é que se conseguem estes negócios. E é por isso que a CPI é fundamental para dissipar qualquer dúvida, qualquer suspeita, que recaia sobre o Sr. Primeiro-Ministro.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O Sr. Primeiro-Ministro assumiu ontem que comunicou mal. Mas o Sr. Primeiro-Ministro comunicou mal com toda a gente: comunicou mal com o Tribunal Constitucional, com a Entidade para a Transparência, provavelmente com a Câmara Municipal de Lisboa.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O quê?! Não é verdade!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não sabemos se os seus ministros sabiam de todas as incompatibilidades em que podia incorrer. Comunicou mal com a comunicação social e comunicou mal com todos os grupos parlamentares.

*Protestos de Deputados do PSD.*

Não consegui convencer ninguém da sua razão ou da sua verdade.

A única coisa que é clara para todos nós é que a única preocupação do Sr. Primeiro-Ministro é evitar a comissão parlamentar de inquérito.

*Protestos do PSD.*

Sr. Primeiro-Ministro, de forma também muito clara, já entregámos o nosso requerimento para a CPI, sabe o âmbito e o objeto da mesma. Peço-lhe, apelo-lhe, que retire a moção de confiança e aceite a comissão parlamentar de inquérito.

*Aplausos do PS, de pé.*

O Sr. **Presidente:** — Agora tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, que também tem de ter condições para fazer um pedido de esclarecimento. Tem 5 minutos, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vai-se tudo embora, agora!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, o Canadá tem um novo Primeiro-Ministro, que era, antes de entrar na política,...

*Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.*

... o detentor de um fundo de investimentos de 1 bilhão de dólares.

Esse novo Primeiro-Ministro do Canadá anunciou que, à entrada como Primeiro-Ministro, entregaria esse fundo a uma gestão profissional independente da qual ele não saberia nada. Não ficaria a saber quem é que põe lá dinheiro ou quem são os novos clientes. Portanto, não haveria nenhuma hipótese de alguém o tentar influenciar direta ou indiretamente através de pagamentos.

Na fronteira a sul, o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, diz o seguinte: «Quando houver um conflito de interesses, confiem em mim, eu decido. E quando houver um conflito de interesses de alguém próximo de mim, confiem, eles decidem.»

Sr. Primeiro-Ministro, porque é que, perante estes dois exemplos, não escolheu para seu exemplo o do novo Primeiro-Ministro do Canadá? Porque é que escolheu para seu exemplo aquele que diz «confiem em mim, eu não faço fretes»?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não faço mesmo!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Mas, Sr. Primeiro-Ministro, não se trata de uma questão deste Primeiro-Ministro ou de outro. Cada Primeiro-Ministro estabelece a bitola para os seus sucessores.

Quando um seu antecessor se demite por ter sobre ele suspeitas, permitindo às instituições do País decidirem sobre a melhor forma de dar sequência a uma crise política,...

O Sr. **Pedro Sousa** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... estabelece uma bitola que o Sr. Primeiro-Ministro acabou de rebaixar.

*Aplausos do L e do PS.*

Quando o Sr. Primeiro-Ministro ontem, em entrevista, diz que se manterá Primeiro-Ministro e candidato a Primeiro-Ministro, mesmo se for arguido, acaba de rebaixar a bitola para todos os seus sucessores.

*Aplausos do L e de Deputados do PS.*

É claro que o Sr. Primeiro-Ministro acha que é normal, que qualquer português faria o que o Sr. Primeiro-Ministro fez. Eu acho que não é normal. Eu acho que qualquer português acha que não é normal.

Qualquer português, para começar, não é Primeiro-Ministro. Qualquer português não tem um fundo, não tem uma empresa, não tem uma consultora como a sua. Qualquer português, a chegar a Primeiro-Ministro, ou a teria extinguido, ou teria feito aquilo que o Livre sugeriu desde a primeira hora: entregue essa sua empresa a uma gestora profissional independente...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — À Joacine!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... da qual não saiba nada, não saiba quem é que põe lá dinheiro ou quem é que poderia ou não influenciá-lo indevidamente.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso é exatamente o contrário do que devia fazer!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Só aí poderia, de consciência tranquila, dizer que não faz fretes, porque nem sequer saberia.

*Aplausos do L e de Deputados do PS.*

Mas o Sr. Primeiro-Ministro nunca quis fazer isso. Não quis estabelecer uma comissão independente, como o Livre também sugeriu, para avaliar as suas escusas. Nem sabemos se alguma vez as pediu, ou com que critérios é que as pediria.

Quer que o País ache normal que confiemos assim na palavra de um Primeiro-Ministro, depois de todas as más experiências que já tivemos no passado, acabando assim a deixar-nos vítimas de piores experiências no futuro.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.*

Nós não achamos normal. O que achamos normal é mais exigência, mais lealdade, e só a lealdade traz confiança.

Não concordo nem sou da família política do novo Primeiro-Ministro do Canadá, mas não teria o mínimo problema em dizer que, se o Primeiro-Ministro do meu País tivesse tido a mesma atitude, teria a minha confiança institucional. Porque não preciso de concordar com as suas políticas para ter confiança institucional num Governo e num Primeiro-Ministro.

Mas não estamos aqui por causa do Programa do Governo, não estamos aqui por causa da composição do Governo; estamos aqui por causa das suas escolhas, por causa das suas omissões.

*Aplausos do L e de Deputados do PS.*

O seu juramento, Sr. Primeiro-Ministro, quando foi indigitado, foi: «Juro cumprir com lealdade as funções que me são confiadas.»

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E onde é que falhou?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — «Lealdade» e «confiança» são as duas palavras-chave desse juramento.

Não é leal deixar que o Parlamento saiba das notícias pela imprensa; não é leal vir para este Parlamento falar de quintas no Douro e fazendas em Trás-os-Montes, dizer que foi mais transparente do que toda a gente e virmos a descobrir depois que não estava a ser transparente.

*Aplausos do L e de Deputados do PS.*

*Protestos de Deputados do PSD.*

Não é leal para com o País, na atual situação internacional e na atual situação europeia, em vez de se meter em trânsito para ir à Cimeira de Kyiv, jogar golfe com o dono dos casinos Solverde.

*Aplausos do L e de Deputados do PS.*

Não é leal condicionar o Presidente da República a eleições antecipadas. Não é leal, Sr. Primeiro-Ministro, jogar com o País como se fosse a roleta de um casino. Não é leal.

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — São uma muleta do PS, estão a ajudar o PS!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E não é leal, acima de tudo, colocar perante o País a escolha de o condenar ou de o absolver, como se o País fosse um tribunal, como se os eleitores fossem juízes ou procuradores.

Essa escolha, se chegarmos a ela, não será de absolvição ou de condenação. Será a escolha entre um País que acha, ou que finge que acha isto normal e um País que não acha isto normal, que só acha normal mais exigência, mais transparência, mais lealdade e mais confiança. E esse País terá sempre, no Livre, uma voz.

*Aplausos do L, tendo o Deputado Jorge Pinto aplaudido de pé.*

O Sr. **Presidente**: — Agora vou dar a palavra ao Sr. Deputado Hugo Soares, do Partido Social Democrata, que também tem 5 minutos para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, a primeira parte deste debate da moção de confiança mostrou um Governo que veio ao Parlamento, com lealdade, perguntar-lhe se confia ou não institucionalmente no Governo, e mostrou uma oposição, designadamente a do Partido Socialista, que não foi capaz de fazer uma pergunta concreta ao Primeiro-Ministro depois do desafio que este lhe colocou.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

*Protestos do Deputado do PS Nelson Brito.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas eu já lá vou.

Queria, em primeiro lugar, dizer ao Sr. Deputado Rui Rocha que não compare este grupo parlamentar com os demais neste debate. Quase parecia que ia ser este grupo parlamentar a chumbar a moção de confiança a este Governo e que só a Iniciativa Liberal votará a favor da confiança e da estabilidade política.

Não, Sr. Deputado Rui Rocha, sejamos sérios: esta bancada é pela estabilidade política e não quer eleições em Portugal.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

*Protestos de Deputados do PS.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Deputado Rui Tavares, sei que o Sr. Deputado está em negociações com o Partido Socialista.

*Risos do L.*

**Vozes do L**: — Ai, é?!

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sabe-o o País todo!

Mas deixe-me dizer-lhe: o Dr. António Costa não se demitiu por ser suspeito num processo. Deixe-me dizer-lhe, olhos nos olhos, a si e a todo o País: o Dr. António Costa demitiu-se e o seu Governo caiu, porque não tinha condições para continuar a governar,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Então?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... depois de terem sido encontrados mais de 75 000 € em numerário no gabinete do Primeiro-Ministro!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do PS e contraprotestos do PSD.*

É disto que estamos a falar!

Não há, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados...

*Continuação de protestos do PS e contraprotestos do PSD.*

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Porque é que mente?!

O Sr. **Presidente**: — Vamos parar o tempo.

*Continuação de protestos do PS e contraprotestos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, assim não é fácil.  
Só darei a palavra quando houver condições para podermos continuar a ouvir o Sr. Deputado.

*Pausa.*

Muito obrigado.  
Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.  
Aqui chegados, o Sr. Primeiro-Ministro fez uma pergunta ao Partido Socialista. No fundo, a pergunta é muito clara: os senhores são pela estabilidade e pela transparência ou são pela lama e pelas eleições?

*Risos do Deputado do L Rui Tavares.*

O que o Sr. Primeiro-Ministro disse ao Partido Socialista foi: «Eu estou disponível para suspender estes trabalhos, para discutir com o Partido Socialista, para me fazerem as perguntas que quiserem, e eu respondo a tudo.»

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Para retirar a moção!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vamos primeiro à questão da comissão parlamentar de inquérito, que foi aquela que o Deputado Pedro Nuno Santos aqui trouxe. Eu pergunto ao País e ao Deputado Pedro Nuno Santos: é ou não é verdade que o Deputado Pedro Nuno Santos já disse ao País que havia comissão parlamentar de inquérito nesta ou noutra legislatura?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Das duas, uma: ou mentiu ou não está a contar ser líder do Partido Socialista a seguir às eleições legislativas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Ainda quanto à comissão parlamentar de inquérito, só está na mão do Partido Socialista haver uma comissão parlamentar de inquérito.

*Protestos de Deputados do PS.*

Não é o Governo que pode decidir se há ou não uma comissão parlamentar de inquérito. Para haver uma comissão parlamentar de inquérito, basta o Partido Socialista abster-se hoje na votação da moção de confiança.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não há duas hipóteses, só há esta, e esta leva a que o Primeiro-Ministro tenha de responder a todas as perguntas.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Então porque é que estamos aqui?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — A verdade é que o Partido Socialista se comporta, neste tema, como o partido Chega, mas vestido de casaco de peles:...

*Risos de Deputados do PSD e da IL.*

... vem como um «novo-rico Chega», eleva o tom, é mais duro nas críticas, mente em horário nobre e não é capaz sequer de pedir desculpa!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Usa as *fake news*, usa tudo aquilo que é mentira para construir uma narrativa que quer institucionalmente atirar lama para o Sr. Primeiro-Ministro.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, não é como diz o Sr. Deputado Rui Tavares. Se hoje este Parlamento derrubar este Governo que está à minha frente, que melhorou o País e melhorou a vida das pessoas, o que este Parlamento está a dizer é que é pela instabilidade política, pela crise institucional, e quer continuar a atirar lama para cima do Governo e, sobretudo, do Primeiro-Ministro.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, deixe-me dizer-lhe, olhos nos olhos: eles já perceberam que não o vencem pelas políticas e, como perceberam que não são capazes de o vencer pelas políticas, está a valer tudo para derrubar o Governo.

**Vozes do PSD:** — É verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O povo lá fora reconhece o que este Governo fez pela vida deles — nos rendimentos, nos impostos, na segurança, na imigração, nas carreiras.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É, é!...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, termino dizendo o seguinte: hoje saberemos quem é pelo País e quem é pelo interesse partidário.

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Estás de saída!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Depois do desafio que o Primeiro-Ministro fez hoje ao líder do Partido Socialista, se ele não o aceitar, é porque só tem um interesse: a instabilidade política, eleições e o interesse partidário.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**Vozes do PS:** — Retire a moção!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem 5 minutos para responder a este conjunto de perguntas. Faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, Sr. Deputado Rui Tavares, Sr. Deputado Hugo Soares, os meus agradecimentos pelas vossas questões.

Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, vamos ser sérios.

*Risos e protestos do PS.*

Vamos falar de forma séria, vamos falar de forma responsável, vamos falar de forma consequente, vamos falar à altura da maturidade da nossa democracia e da responsabilidade de quem tem em mãos governar hoje e governar amanhã.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ou não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não há dúvida nenhuma de que o País hoje é governado por mim e amanhã será governado por mim ou por si.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — «Por mim ou por si»?! Calma lá!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, vamos falar ao nível do sentido de responsabilidade que as nossas condições impõem, com respeito pela representatividade dos outros partidos que não estão ao mesmo nível da nossa.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

O Sr. Deputado Pedro Nuno Santos anda, há semanas, a alimentar suspeições sobre a minha conduta.

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — É responder!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado anda, há semanas, a levantar insinuações não fundamentadas sobre a minha conduta antes de ser Presidente do PSD, quando ainda não tinha sequer nenhuma atividade política; depois de ser eleito Presidente do PSD e ainda não na condição de Primeiro-Ministro; e, finalmente, depois de ser empossado Primeiro-Ministro de Portugal.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Está perdido!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado já disse, e repetiu várias vezes, que recebi avenças — eu, pessoalmente — de empresas enquanto era Primeiro-Ministro; o Sr. Deputado já disse que violei a norma da exclusividade; o Sr. Deputado até já disse, e agora disse que foi um lapso,...

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — É a diferença!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... que criei uma empresa depois de ser Primeiro-Ministro; o Sr. Deputado já disse que desconfiava que a prestação de serviços da empresa que fundei em 2021 não era compatível com a respetiva faturação e que, porventura, seria até uma empresa-fantasma, que não prestava aqueles serviços.

O Sr. Deputado acabou agora de colocar uma questão relativamente a um negócio, sobre o qual me pronunciei a primeira vez aqui no dia 21 de fevereiro. Expliquei o contexto e também já expliquei o resultado, mas vou-lhe dizer: o resultado para aquele grupo de empresas foi de vários milhões de euros de atividade empresarial.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não foi!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, a melhor entidade para justificar o preço é a própria entidade a quem foi prestado o serviço, que, já agora, não tem nada a ver com o PSD...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É a mesma!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e é um grupo de empresas que tem quase 100 anos de existência, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — A faturação manteve-se!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Deixe-me dizer-lhe que o Sr. Deputado propôs uma comissão de inquérito ao abrigo da qual pretende escrutinar se esteve ou não em exclusividade no Governo, se cumpriu ou não os meus deveres declarativos e se violou ou não alguma norma do conflito de interesses.

Já ontem, na entrevista que deu, e hoje aqui, acabou por confessar que não é esse o seu interesse.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O seu interesse é saber quais são as empresas, qual foi o serviço, qual é a faturação, quem é que trabalhou, o dia e a hora dos serviços.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

*Protestos de Deputados do PS e contraprotestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Deixe-me dizer-lhe que o que o Sr. Deputado quer não é escrutinar a minha exclusividade, não é escrutinar a violação de conflitos de interesses ou de obrigações declarativas. O Sr. Deputado tem mesmo curiosidade em saber como é que a empresa foi constituída, como é que trabalhou, como é que faturou, como é que se relacionou com os clientes.

É verdade que a Assembleia da República não costuma fazer isso sobre as empresas, mas eu não me importo! Quero dizer-lhe aqui: eu não me importo que a Assembleia da República faça isso — não me importo.

*Protestos do PS.*

Mas, Sr. Deputado, assumo com frontalidade, assumo sem truques,...

**Vozes do PSD**: — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... que é essa a sua pretensão, que é esse o seu objetivo. E se é esse o seu objetivo, eu digo-lhe, olhos nos olhos: diga-me, escreva-me, sente-se com alguém do Governo, comigo se quiser, entre os grupos parlamentares,...

*Protestos do PS.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vamos almoçar!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e defina o método para, em 15 ou em 30 dias, eu lhe facultar tudo aquilo que o senhor precisa e que não tem nada a ver com esse requerimento que tem aí. Aquilo que o senhor quer não está escrito nesse requerimento; aquilo que o senhor quer está por trás desse requerimento.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!



O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Aquilo que o Sr. Deputado quer é estar meses a lançar para a dúvida, para a suspeição, para a degradação, todo o sistema político português e a capacidade de o Governo executar o seu programa.

Sr. Deputado, é preciso sermos corajosos e frontais. Se o senhor não tem coragem de clarificar hoje, vamos clarificar com a pronúncia popular. Mas eu concedo-lhe uma última oportunidade: pedimos ao Sr. Presidente da Assembleia da República...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Já é a terceira vez que faço esta pergunta e escolhe não responder!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sobre?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sobre a entrega a uma gestão independente.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Está ali um assessor do Livre a fazer o quê?! Conversa de café é lá fora!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a pergunta que os portugueses fazem lá em casa é: de quem é a culpa desta crise política?

Esta crise política tem dois culpados: em primeiro lugar, o Primeiro-Ministro Luís Montenegro e, em segundo lugar, o líder da oposição, ou o dito líder da oposição, Pedro Nuno Santos.

*Risos da IL, do BE e do L.*

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Então, afinal, quem é o líder da oposição?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Porquê? Porque quem deu a mão a este Governo foi Pedro Nuno Santos, no Orçamento do Estado, e quem tira a mão a este Governo agora é Pedro Nuno Santos, na votação desta moção de confiança.

*Aplausos do CH.*

Sr. Primeiro-Ministro, disse três palavras muito importantes: verdade, transparência e lealdade. E isso é aquilo que o senhor não tem tido nas últimas três semanas. Faltou à verdade ao povo português, faltou à transparência ao povo português e faltou à lealdade ao povo português.

Quero dizer-lhe mais duas coisas. Disse que, no futuro, este País será governado «por mim ou por si», ou seja, por Luís Montenegro ou Pedro Nuno Santos.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Que horror!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Esqueceu-se que quem manda é o povo, quem manda e quem vota é o povo, e há uma terceira força política que pode ganhar as eleições e pode levar André Ventura a Primeiro-Ministro de Portugal.

*Aplausos do CH.*

Disse também que os Deputados do Chega são «restos das listas do PSD». Sr. Primeiro-Ministro, isso é arrogância, é falta de respeito, falta de dignidade. Vou dizer-lhe mais: é falta de respeito por quem foi democraticamente eleito. Nunca tratei pessoas por restos, mas tenho uma coisa para lhe dizer: não sei se são restos ou não, mas sei que são bons e não são corruptos e não são arguidos, como alguns que os senhores tiveram na vossa bancada!

*Risos de Deputados do PSD, do PS, da IL e do L.*

Essa é a grande diferença entre o Chega e o PSD!

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PSD, da IL e do PCP.*

No pouco tempo que me resta, queria falar-lhe nas forças de segurança, a quem o senhor falhou.

*Continuação de protestos do PSD, da IL e do PCP.*

Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente**: — Sim, sim, tem razão, Sr. Deputado.  
Peço aos Srs. Deputados que deixem o Sr. Deputado falar. O tempo parou.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eu percebo que o PSD continue assim, mas...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nas forças de segurança faltam efetivos, faltam viaturas, faltam condições, faltam esquadras. Pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, se acha que estão satisfeitos consigo, se acha que os homens e mulheres que estão aqui a trabalhar, que vêm de Viana do Castelo, de Viseu, da Covilhã, têm condições de trabalho, ou que os senhores lhes deram dignidade para isso.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Coitados, perdem tempo no aeroporto à procura das malas!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vou-lhe ler uma mensagem muito rápida de um militar da GNR (Guarda Nacional Republicana): «Nem casa consigo comprar e sou militar da GNR.»  
O seu Governo, Sr. Primeiro-Ministro, não é de confiança.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha o Eurico! Deixaram falar o Eurico!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, recorde, olhos nos olhos, Sr. Primeiro-Ministro, o que dizia Francisco Sá Carneiro...

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isto é o Chega de casaco de peles!

O Sr. **Presidente**: — Está parado o tempo, Sr. Deputado.

*Pausa.*

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Recordo o que dizia Francisco Sá Carneiro: «Primeiro Portugal; depois, o Partido; e por fim, a circunstância pessoal de cada um de nós».

*Aplausos do PSD.*

*Burburinho na Sala.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

*Burburinho na Sala.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, dar-lhe-ei a palavra no final da intervenção.

*Burburinho na Sala.*

Srs. Deputados, se não querem ouvir o Presidente a fazer os respetivos esclarecimentos, é impossível que ouçam a minha decisão.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Eu tinha 14 segundos, já agora!

O Sr. **Presidente**: — Pedi que parassem a contagem do tempo, enquanto o Sr. Deputado foi aplaudido pela bancada do PSD, e agora tem tempo para continuar. Se desejar fazê-lo, faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

*Burburinho na Sala.*

**Vozes do PSD**: — Agora Balsemão!...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O grau de nervosismo da bancada do PSD é revelador do nível a que isto chegou.

**Vozes do PSD**: — Deixem-nos trabalhar!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Prossequindo. Dito isto de Francisco Sá Carneiro, estamos aqui, Sr. Primeiro-Ministro, porque o senhor inverteu esta frase.

**Vozes do PS**: — É verdade!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O senhor, com a sua circunstância, sequestrou o seu Governo, o seu partido e, pior, quer sequestrar o nosso País.

*Aplausos do PS.*

E isso, Sr. Primeiro-Ministro, não é admissível!

*Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.*

Não contará com o voto do PS para calar a oposição.

Esta moção de confiança, Sr. Primeiro-Ministro, tem um único objetivo: uma cortina de fumo para evitar que os portugueses conheçam a realidade da sua atividade empresarial, que terá continuado quando o Sr. Primeiro-Ministro já estava em funções.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Falso!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Mas deixe-me acrescentar o seguinte: o senhor criou...

*Protestos do PSD e do CDS-PP.*

*Pausa.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor de continuar.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ó Sr. Presidente...

*Burburinho na Sala.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado não está a ser nem mais nem menos que os outros! Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

*Burburinho na Sala.*

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não continuarei enquanto for impedido de falar.

**Vozes do PSD**: — Oh!...

*Burburinho na Sala.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado fará o que muito bem entender.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não, é o Sr. Presidente que conduz os trabalhos, não eu próprio.

O Sr. **Presidente**: — Pois sou, Sr. Deputado. Sou eu, e estou realmente a tentar fazer a gestão de forma moderada para todos.

É evidente que tem havido barulhos, que são barulhos que interrompem todos, e eu tenho tentado minimizar isso, mas nenhuma das bancadas que está aqui é incólume a essa situação. Se o Sr. Deputado acha que devo interromper sistematicamente de cada vez que alguém faz algum barulho, não vamos ter debate, porque se torna impossível.

Tenho pedido a compreensão de todos os Srs. Deputados. Quando fala a direita, é da esquerda que vem o barulho — e a sua bancada já fez muitas vezes isso —, quando fala a esquerda, é à direita que fazem barulho.

Portanto, se desejam que o debate aconteça, são todos os Srs. Deputados que têm de permitir que cada um dos seus oradores tenha condições para falar.

Não há aqui quem não tenha telhados de vidro!

*Aplausos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ó Sr. Presidente, peço desculpa, mas a sua primeira função é garantir que todos os Deputados podem falar e são ouvidos.

O Sr. **Presidente**: — Exatamente!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — E é isso que estou a pretender!

*Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.*

O Sr. **Presidente**: — E eu estou a dar-lhe a palavra.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Por isso, essa é a sua obrigação.

*Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.*

O Sr. **Presidente**: — E eu estou a dar-lhe a palavra para isso. Faça favor.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Obrigado. Assim, continuarei.

Sr. Primeiro-Ministro, aquilo que está em causa é que o senhor criou uma empresa de nome esquisito, mas que podia ser «Luís Montenegro Unipessoal».

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Vergonha!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Os seus clientes são do universo das atividades político-partidárias do PSD em Aveiro e até do PSD em Braga.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Falso!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Falta esclarecer uma parte substantiva dessa atividade empresarial.

*Protestos do PSD.*

E deixe-me dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro: não há moção de confiança quando o que está em causa é a idoneidade e a credibilidade do Primeiro-Ministro.

*Protestos do PSD.*

O senhor não tem idoneidade nem credibilidade e só uma CPI, depois de o senhor retirar a moção de confiança, pode esclarecer os portugueses.

Tenha coragem e retire a moção de confiança!

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Soares deseja fazer uma interpelação à Mesa para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado. Dispõe de 1 minuto.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias começou a sua intervenção por citar uma frase célebre de Francisco Sá Carneiro, fundador do Partido Social Democrata. Não foi capaz de o fazer de cor, teve de ler, mas fê-lo.

A minha bancada, porque tributa prestígio, homenagem, a um fundador do Partido Social Democrata e da democracia portuguesa, aplaudiu a frase de Francisco Sá Carneiro.

E foi a primeira vez que vi, neste Plenário,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Está a ver?...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): —... suspender-se o tempo do orador por força de um aplauso.

A partir de agora, cada vez que a minha bancada, ou outra bancada, me aplauda, eu exijo o mesmo tratamento que teve o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias.

*Protestos gerais.*

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Opá, vá lá!...

*Risos do Deputado do PCP António Filipe.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Que eu saiba, aplaudir é um direito que os Deputados têm.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos gerais.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é evidente.

*Burburinho na Sala.*

Não há quem tenha mais respeito pelo Dr. Francisco Sá Carneiro do que eu, portanto, nessa matéria, estamos de acordo.

Mas a Mesa interpreta o tempo útil que cada um dos Srs. Deputados tem para falar...

*Aplausos do Deputado do PCP Alfredo Maia.*

... e é evidente que se os aplausos vêm de outra bancada estão, objetivamente, a retirar tempo útil a um dos Srs. Deputados de outra bancada.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Claro!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, a minha gestão é um esforço de interpretar de forma correta os boicotes, mais ou menos sistemáticos, que vão acontecendo, para que ninguém fique prejudicado.

Pode ter a certeza de que, se acontecer isso em relação à bancada do Grupo Parlamentar do PSD, isto é, se for o PS ou outro partido qualquer a bater palmas para, com isso, impedir algum dos oradores do PSD de falar, farei exatamente a mesma coisa.

O Sr. Deputado Pedro Pinto pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado. Dispõe de 1 minuto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, concordo com tudo o que disse.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Acho que só lhe faltou fazer uma referência, que foi, em relação à frase em que o Sr. Deputado Hugo Soares disse «eu exijo o mesmo para a minha bancada», explicar-lhe que ele não exige nada, porque quem manda na Assembleia da República é o Presidente da Assembleia da República, não é o líder parlamentar do PSD.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado. Sei que o Sr. Deputado Hugo Soares sabe isso e, portanto, está resolvido.

Para pedir esclarecimentos, dou agora a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Sandra Ribeiro, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, estamos perante uma moção de confiança básica — com apenas duas páginas e meia — que relativamente à saúde tem uma única frase, que passo a ler: «Com este Governo, está em concretização o Programa de Emergência e Transformação da Saúde (...)».

A mesma moção diz que: «O País precisa de clarificação política...» e que este é o momento de «...cada um assumir as suas responsabilidades».

Então, vamos a responsabilidades, porque as dúvidas mantêm-se, a desconfiança arrasta-se e nenhum Governo pode governar decentemente perante uma situação de instabilidade como a que se está a viver neste momento.

Errar é humano, mas há erros que se pagam caro. E o pior é não os admitir e tentar encobrir aquilo que já não se pode esconder, prejudicando a governabilidade e a credibilidade tão necessárias ao nosso País.

Sr. Primeiro-Ministro, a humildade é uma virtude.

**Vozes do CH**: — Claro!

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Ribeiro** (CH): — A honestidade é uma obrigação de qualquer governante.

**Vozes do CH**: — Claro!

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Ribeiro** (CH): — Mas a mentira é uma vergonha cujas consequências têm de ser escrutinadas e justificadas ao povo português.

*Aplausos do CH.*

É para isso que aqui estamos!

Temos um Primeiro-Ministro que se deixou enredar em suspeitas, permanecendo dúvidas sobre a sua integridade.

Como se não bastasse, tem governado mal. O caso da degradação da saúde é disso exemplo: com listas de espera para cirurgias oncológicas estagnadas, com mais de 1000 doentes à espera para além do tempo; com crianças obrigadas a fazer mais quimioterapia, à espera cerca de um ano pela intervenção necessária; hospitais com tempos de espera superiores a 30 horas ao fim de semana; mais de 40 000 crianças nasceram em ambulâncias; demissões nos conselhos de administração hospitalares; diretores de serviços de urgência a demitirem-se — Gandra d'Almeida demitiu-se por suspeitas de acumulação indevida de rendimentos —; nomeação de pelo menos três presidentes de conselhos de administração de Unidades Locais de Saúde sem experiência em gestão hospitalar; mortes alegadamente relacionadas com a falta de atendimento do INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica), com o tempo de resposta mais demorado dos últimos cinco anos.

Continuamos, Sr. Primeiro-Ministro, com mais de 1 milhão e meio de portugueses sem médico de família.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Ribeiro** (CH): — A mortalidade infantil atinge o número mais alto em cinco anos.

Sr. Primeiro-Ministro, os portugueses não confiam na saúde em Portugal. Coloque a mão na consciência e diga-nos: como pode o País confiar em si e no seu Governo?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Vaz, do PS, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Primeiro-Ministro tinha já referido que não haveria mais esclarecimentos a dar sobre a sua atividade na Spinumviva.

O problema é que continuam a subsistir muitas e fundadas dúvidas. Foi por isso que, perante a ausência de esclarecimentos — pois o Sr. Primeiro-Ministro esclarece o que ninguém quer ver esclarecido e não esclarece o que todos os portugueses querem ver esclarecido —, perante essa falta de alternativa, o Partido Socialista decidiu avançar com uma CPI.

Soubemos, entretanto, que o Sr. Primeiro-Ministro era advogado, mas, nos últimos 15 dias, descobrimos que tinha sido empresário.

Soubemos que a Spinumviva recebia, até há uns dias, 4500 € por mês — 54 000 € ano! — por serviços relacionados com o RGPD (Regulamento Geral de Proteção de Dados) ao Grupo Solverde.

O Sr. Primeiro-Ministro disse publicamente que esses eram os valores praticados no mercado relativamente a esse tipo de serviços. Ora, consulte o portal base, onde existem empresas públicas — que muitas vezes até dizem que são despesistas em relação às privadas —, e tive a oportunidade de ver os valores que são cobrados por empresas às entidades públicas, relativamente a esses serviços: Braval — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., entidade pública, 2 anos, 800 € por mês; AGERE — Empresa de águas Efluentes e Resíduos de Braga, 357 € por mês;...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O que é que isso tem a ver?

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — ... Lisboa Ocidental, SRU, 550 € por mês; AMA — Agência para a Modernização Administrativa, 2400 € por mês; Município de Oleiros, 1150 € por mês.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso é completamente ridículo!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, há dúvidas que merecem esclarecimento da sua parte e nestas matérias, no que diz respeito a serviços do RGPD, há muito por esclarecer.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É muito ridículo! É não ter noção nenhuma!

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Vanessa Barata, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Sr. Presidente, cumprimento-o, bem como os Srs. Membros do Governo e os Srs. Deputados.

Sr. Primeiro-Ministro, vivemos uma crise de habitação sem precedentes em Portugal. Dados recentes dizem que Portugal é o País da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) onde é mais difícil comprar casa. Também para aceder a crédito à habitação se torna cada vez mais complicado para os



portugueses. De tal forma que, estou certa, tivessem possibilidade e muitos prefeririam viver comodamente num hotel de 5 estrelas.

**Vozes do CH:** — Aha!

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Se falarmos do acesso à habitação por parte dos jovens, a situação é ainda mais dramática, com mais de metade da juventude portuguesa ainda a viver em casa dos pais e cerca de 75 % a auferirem apenas 1000 €, ou menos. Repito, 1000 €, Sr. Primeiro-Ministro; menos de um quarto daquilo que a Solverde paga à Spinumviva, a empresa familiar do Sr. Primeiro-Ministro.

Pudessem estes jovens comprar uma casa a pronto, pudessem os pais destes jovens pagar-lhes uma casa a pronto e estou certa de que o fariam. Mas não podem, porque não têm condições, porque veem os seus filhos saírem deste País que não tem solução para estes jovens que são tão filhos da nação quanto os filhos dos ministros e quanto os filhos dos primeiros-ministros.

*Aplausos do CH.*

A vida dos portugueses, Sr. Primeiro-Ministro, é clara, é transparente, está à vista de todos. É uma vida dura de trabalho para terem a sua casa. E a cada dia desta governação isso se torna mais difícil.

Pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que confiança é que os portugueses podem ter num Governo opaco, num Primeiro-Ministro que divide o seu dinheiro por várias contas para contornar a lei e que paga os seus imóveis na hora, mas não quer dar explicações a quem demora uma vida inteira a pagá-los?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ora bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Um Primeiro-Ministro que pregava a transparência quando estava na oposição e agora diz que, se for arguido, se candidata na mesma.

**Vozes do CH:** — Ora bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Vou reproduzir a citação que mais ouvi a este Governo e que, por ironia do destino, hoje se lhe aplica melhor do que nunca.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — «Bem prega Frei Tomás,...».

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — «... olhem para o que ele diz, não olhem para o que ele faz».

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente:** — Para responder a este conjunto de perguntas, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, dispondo de 3 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, agradeço a todos os Deputados e Deputadas que intervieram.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Vanessa Barata, várias das referências que fez não são verdadeiras e já tive a ocasião de explicar. Mas deixe-me dizer-lhe uma coisa: podemos discutir na base da demagogia e esse é um manancial que não acaba. Se fosse por esse diapasão, podia dizer-lhe que os 1000 € de que falou correspondem mais ou menos ao custo de cada um dos cartazes que o Chega tem espalhados pelos 308 municípios do País.

*Protestos do CH.*

E, portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, sabe que a relação do preço das coisas está ligada com a finalidade,...

*Protestos da deputada do CH Vanessa Barata.*

... está ligada com as circunstâncias, está ligada com o enquadramento. Quem não tem capacidade de perceber isso, não tem argumentação, não tem capacidade argumentativa para discutir com verdade e profundidade os assuntos.

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Já agora, quem é que vivia num hotel?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Deixem-me dizer-vos o seguinte, em particular ao Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias: fico sempre agradado com as citações de Francisco Sá Carneiro, fundador do Partido Social Democrata.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nunca tive a pretensão, nem tenho, de me comparar a Francisco Sá Carneiro, mas há dois pontos que, com esta citação, me ocorreram e que queria partilhar convosco e, em particular, com o Deputado Eurico Brilhante Dias.

O primeiro é que Francisco Sá Carneiro foi, também ele, alvo de uma campanha, uma campanha abjeta a propósito de uma questão financeira no final dos anos 70.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E olhando também para o seu exemplo e a sua inspiração, verifiquei que, sendo Francisco Sá Carneiro um político da clareza, da clarificação, da lealdade — não é da hipocrisia, não é dos jogos escondidos, não é de dizer uma coisa e querer outra, mas da clarificação! —, tenho, de facto, uma grande identidade com o seu pensamento político e, também, com o seu comportamento político. Tenho a certeza de que ele seria o primeiro a, nestas circunstâncias, preferir a clarificação ao apodrecimento da situação.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sabe, Sr. Deputado, e Srs. Deputados que intervieram, não estou — nem o Governo! — interessado em eleições. Nós estamos interessados é em condições.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Temos de ter condições para executar o nosso programa. E os senhores têm à vossa disposição o instrumento para fazer prosseguir, ou não, a atividade do Governo.

Já disse e repito: estou disponível para consensualizar com o Partido Socialista uma solução, mas vamos evitar o apodrecimento.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Tire a moção de confiança!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Digam em concreto o que é que querem, que informação querem, vamos estabelecer um método e um prazo para, em duas ou três semanas, podermos, de uma vez por todas, encerrar este capítulo do esclarecimento.

**Vozes do PS**: — Na CPI!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Se os senhores não querem, é porque verdadeiramente a máscara vos está a cair. Os senhores querem o apodrecimento e eu sou, à Sá Carneiro, pela clarificação!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Não há mais nenhum pedido de esclarecimento.

Também não há nenhum pedido de suspensão dos trabalhos. Portanto, presumo que, pelo menos neste momento, não é ainda para suspender seja o que for.

Vou então dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, para uma intervenção, que dispõe de 15 minutos e 24 segundos.

O Sr. **Pedro Delgado Alves (PS)**: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Como o Secretário-Geral do Partido Socialista deu nota há instantes, na sua intervenção, nos últimos 10 meses o Partido Socialista tem sido um garante ativo de estabilidade política, inviabilizando a rejeição do Programa do Governo, desbloqueando a eleição do Presidente da Assembleia, viabilizando o Orçamento do Estado e inviabilizando duas moções de censura.

Mais até: o PS foi leal e deu nota de que a única coisa que nunca faria, por coerência programática, política e de mandato eleitoral que recebeu dos portugueses, seria viabilizar uma moção de confiança.

Se isso não bastasse, a grave situação do País em setores determinantes como a saúde, a educação ou a habitação, onde a atuação do Governo não só não resolveu problemas estruturais como os agravou substancialmente, reforçariam este entendimento.

*Protestos da Deputada do PSD Emília Cerqueira.*

E se isto ainda não bastasse, estamos perante um Primeiro-Ministro e um Governo que não cumprem e continuam a não cumprir os seus deveres de prestação de contas perante esta Câmara, como referi a semana passada. Não basta inundar o Parlamento e a imprensa com factos que não correspondem às dúvidas que assolam as mentes dos portugueses; importa, sim, responder às perguntas efetivamente colocadas.

Na moção de confiança de hoje, o Sr. Primeiro-Ministro sabe qual é a resposta que provocar uma crise acarreta para o País e sabe que essa crise decorre da moção de confiança que apresenta. Ela surgiu depois de o Partido Socialista ter dado nota de que avançaria com uma comissão parlamentar de inquérito para fazer o que o Sr. Primeiro-Ministro não fez nas muitas oportunidades que teve para o fazer. Quando, da residência oficial, comunicou solenemente ao País que não responderia a mais perguntas e a mais nenhum esclarecimento, tornou-se evidente que o instrumento parlamentar ao qual se teria de recorrer era à comissão parlamentar de inquérito.

E é evidente o incómodo com a CPI que o Governo hoje não consegue disfarçar, tentando vários caminhos alternativos para a evitar, como sempre tentou fazê-lo, desde que ela foi anunciada. Aliás, a franqueza do Sr. Ministro Castro Almeida, quando propôs negociar a retirada da moção de confiança em contrapartida da retirada da comissão parlamentar de inquérito, é bem disso revelador e daquilo de que o Governo tem medo perante esta Câmara: prestar cabalmente esclarecimentos.

*Aplausos do PS.*

E porque é que a CPI é hoje a única via? Precisamente por isto que acabei de dizer: o Sr. Primeiro-Ministro fechou os caminhos alternativos.

Das muitas dezenas de perguntas formuladas por jornalistas no exercício da sua missão, pelos partidos da oposição parlamentar, por esta Câmara, em vários debates, o Sr. Primeiro-Ministro ou responde ao lado ou esquece aqueles que são pontos fundamentais, para os quais continuamos a não ter respostas, e que são fundamentais para perceber o regime do exercício em exclusividade de funções, ou não, pelo Primeiro-Ministro — como a manutenção de relações comerciais com privados ou o cumprimento das obrigações declarativas, designadamente aquelas que resultam do que tem de ser declarado perante a Entidade da Transparência quanto a antigos clientes de prestações de serviço por si realizadas no passado.

E acima de tudo, por vezes esquecido neste debate, não responde à pergunta sobre o que é que o Governo fez para assegurar o cumprimento das regras de prevenção e monitorização de potenciais conflitos de interesse.

Se não se identificam todos os clientes da atividade comercial anterior, como é que se pode definir o perímetro das matérias em que o Primeiro-Ministro não pode ter intervenção? Se continuamos, à data de hoje, apesar das respostas de ontem, a não saber todos os clientes da empresa do Primeiro-Ministro, como é que sabemos em que circunstâncias é que o Primeiro-Ministro vai ficar impedido de deliberar, de participar, de intervir num qualquer processo decisório?

É por todas estas razões que a ausência de respostas gera um grave problema institucional.

Não, Sr. Primeiro-Ministro, as notícias da comunicação social, de vários órgãos, com perfis diferentes — do *Expresso* ao *Observador*, passando pelo *Correio da Manhã* —, não são *fake news*, tal como disse nesta Câmara há instantes. São o escrutínio da imprensa perante o seu silêncio, e não é a imprensa livre que está hoje a ser escrutinada nesta moção.

Não, Sr. Primeiro-Ministro, os partidos que cumprem o seu dever de escrutínio da atuação do Governo, fazendo perguntas que todos os portugueses querem esclarecidas — que a democracia e a República não podem deixar de esclarecer —, não são eles que estão a ser escrutinados e a ser censurados no dia de hoje. E não é alimentar populismo fazer perguntas que as pessoas querem ver respondidas.

Não, Sr. Primeiro-Ministro, V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> não está à altura das funções que desempenha ao vir acusar os outros, que cumprem os seus deveres,...

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Vergonha!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... de fazerem as perguntas que são legítimas...

*Protestos do PSD.*

... e que decorrem do regime do exercício de funções, de estar a faltar, de alguma maneira, ao debate e ao compromisso com o País.

E, finalmente, não, Sr. Primeiro-Ministro, não é a ziguezaguear, como hoje fez, com desafios de 25.<sup>a</sup> hora — em vez de permitir o escrutínio de todos com contraditório —, que evita a crise que provocou por sua exclusiva responsabilidade.

Se não quer a crise, se quer sujeitar-se à comissão parlamentar de inquérito — como deu nota disso —, se quer esclarecer tudo, se quer que tudo seja feito, retire a moção, sem chantagem, sem contrapartidas, sem negociações, sem fixação de condições.

Há instantes, o Sr. Primeiro-Ministro deu nota: «suspendamos o debate e identifiquemos o que é preciso saber; definamos um objeto, vamos definir como obter esclarecimentos, vamos arranjar uma fórmula». Ora, eu respondo-lhe, Sr. Primeiro-Ministro: é com uma comissão parlamentar de inquérito, com um regime definido numa lei da República, aprovada por esta Câmara,...

*Aplausos do PS.*

... e não através de um acordo com a pessoa que, até hoje, se recusa a prestar esclarecimentos e que ainda quer definir em que termos é que os vem prestar, ao arrepio daquilo que todos consensualmente colocámos na lei.

Não há solução mais clara que uma comissão parlamentar de inquérito, com regras conhecidas, não arbitrárias, com garantia de contraditório, de escrutínio pela comunicação social e com participação de todas as forças políticas. Também porque todos os que avaliam as respostas que ontem deu continuam a achar — e são unânimes em achá-lo! — que elas deixam respostas em aberto: quanto às razões para a evolução do objeto principal da empresa, de que já ouvimos dar nota que tinha a ver com património familiar, mas que, depois, aparentemente, tinha a ver com o RGPD e que, mais tarde, tinha como objeto a realização de reestruturações de grandes empresas; quanto à identificação, como já referi, de todos os clientes da empresa, incluindo os não regulares; quanto ao valor das avenças regulares; quanto à natureza dos serviços; quanto aos preços praticados e à sua justificação perante a realidade do mercado e do contexto.

Tudo isto cumprir resolver, tudo isto cumprir responder, e o sítio para fazê-lo — onde podem ser formuladas respostas e pedidos de esclarecimento adicionais e fornecidos documentos que demonstram a veracidade

daquilo que alega — é na comissão parlamentar de inquérito, onde a prova e o contraditório terão um local do qual não podemos prescindir.

Os portugueses, segundo hoje sabemos, não se sentem esclarecidos pelo seu Primeiro-Ministro e também não querem eleições. Ora, a única forma de corresponder ao que os portugueses pretendem e de corresponder a estas expectativas não é com esta moção de confiança, que silencia o Parlamento, mas é com a retirada da moção de confiança e com a garantia de que o Parlamento pode fazer o seu trabalho, numa comissão parlamentar de inquérito que propomos, no quadro parlamentar.

O Sr. Primeiro-Ministro pode tentar fazer de conta que respondeu exhaustivamente a tudo e que dissipou todas as nuvens, ainda que lhe digam o contrário; nós é que não podemos fazer de conta que não subsistem dúvidas.

E, na verdade, o que o Sr. Primeiro-Ministro tem pedido ao Parlamento é que silencie o seu trabalho de escrutínio e que não cumpra a sua missão, deixando os portugueses sem esclarecimentos e, pior do que isso, deixando os portugueses sem esclarecimento na iminência de uma ida a eleições, em que, necessariamente, terão de estar informados sobre a conduta da governação.

Hoje, percebendo que o País não entende esta sua posição, pede que abandonemos as regras parlamentares e improvisemos uma solução *ad hoc*, quando temos uma lei aprovada democraticamente para fazer isto mesmo. Numa república que se dá ao respeito, este pedido não é sério e este pedido não é aceitável.

*Aplausos do PS.*

*Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Soares pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É para uma interpelação à Mesa, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, o País espera que este Parlamento tome hoje decisões que impactam na vida de cada uma e de cada um dos portugueses.

De tudo o que ouvimos hoje, parece-me que é conciliável haver condições para que não prossiga o ataque às instituições e para que haja estabilidade política. Queria requerer à Mesa a suspensão dos trabalhos, durante um período de meia hora, para que o Primeiro-Ministro e o líder da oposição possam conversar...

*Protestos do PS e de Deputados do CH.*

... e ver se há a possibilidade de haver um entendimento que prestigie as instituições e dê estabilidade política ao País.

*Aplausos do PSD, com Deputados de pé.*

*Pausa.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado Hugo Soares, a Mesa tem, naturalmente, de confirmar as regras regimentais relativamente ao que acaba de pedir.

Se bem a Mesa interpreta a alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º, as reuniões podem ser interrompidas no caso de «...deliberação do Plenário, a requerimento de um grupo parlamentar».

Portanto, se bem entendemos, aquilo que o Sr. Deputado está a fazer é a apresentar à Mesa um requerimento, que terá agora de ser votado, sobre a possibilidade de interromper os nossos trabalhos por 30 minutos. É assim, Sr. Deputado Hugo Soares?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sim, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado Pedro Nuno Santos pede a palavra. Para que efeito?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O líder parlamentar do PSD propõe uma reunião à porta fechada entre o Primeiro-Ministro — não entre o líder parlamentar! — e o líder da oposição ou Secretário-Geral do Partido Socialista. Porém, os esclarecimentos que nós pedimos não são ao PS. Os esclarecimentos têm de ser dados em público e é por isso que tem de ser feito através de uma CPI.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado Hugo Soares pede a palavra de novo. Para uma interpelação à Mesa, suponho?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, é evidente que quando me referi a uma conversa entre o Primeiro-Ministro e o líder da oposição, essa conversa pode ser entre os líderes parlamentares, o que importa é resolver...

*Protestos do PS.*

... e encontrarmos uma solução para que o País tenha estabilidade...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... e para que o prestígio das instituições se mantenha.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do PS e contraprotestos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não cabe à Mesa pronunciar-se sobre quem conversará com quem. A Mesa apenas tem de receber o requerimento de um grupo parlamentar e colocá-lo à votação.

Se os grupos parlamentares entenderem que não há motivo para viabilizar este requerimento, votarão contra. Se entenderem que há razão para acatar este requerimento, votarão a favor. Quanto ao mais, a Mesa não tem de se pronunciar. Não é verdade, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, a questão que queremos colocar à Mesa é a seguinte: há uma regra específica no Regimento sobre debates de moções de confiança e de censura que determina que, no final do debate, pode algum grupo parlamentar, potestativamente, é certo, solicitar a suspensão dos trabalhos.

No entanto, *a contrario*, não nos parece que um debate que está a decorrer possa ser interrompido com um pedido de suspensão fora deste quadro.

*Protestos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Regra supletiva!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Ou seja, há uma regra clara para evitar que o debate seja interrompido, precisamente para preservar o debate até ao final. Se, no final do debate, alguém quiser requerer a suspensão potestativamente, pode fazê-lo.

Por esta razão, parece-nos que não há lugar a um requerimento para suspensão dos trabalhos, mesmo no quadro da regra geral, porque há uma regra específica sobre moções de confiança, mas deixamos à consideração da Mesa. A matéria é, no mínimo, original e inovadora no quadro de um momento especialmente grave da República.

*Protestos de Deputados do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — A Mesa tem, acho eu, uma posição clara sobre o que acabou de ser questionado. Em todo o caso, há mais pedidos de interpelação à Mesa que faz sentido que sejam ouvidos primeiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, peço-lhe imensa desculpa por isto, mas não faz absolutamente sentido nenhum um grupo parlamentar anunciar uma suspensão dos trabalhos...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não, requerer!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... para uma reunião que não está marcada e que não pediu com ninguém. Ou seja, vem dizer que vai haver uma reunião entre o PS e o PSD à porta fechada, com o debate de uma moção de confiança a decorrer. Isto é o pior que podemos ter para a nossa democracia.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Claro!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É um partido a querer esconder-se! É querer esconder-se das pessoas.

*Aplausos do CH.*

É inaceitável, é inaceitável!

Mas, Sr.<sup>a</sup> Presidente, tanto quanto é minha interpretação, estas reuniões apenas podem ser suspensas no final, antes da votação e não no decurso do debate da própria moção. Caso contrário, é só um ato de teatro desesperado do PSD.

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado Paulo Núncio, pediu a palavra para uma interpelação?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sim, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o que está aqui em causa neste debate é demasiado importante para ser resolvido com formalidades.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ah!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O que está aqui em causa é a estabilidade política e a responsabilidade política de cada um dos grupos parlamentares e do Parlamento no seu conjunto perante os portugueses.

*Protestos de Deputados do PS.*

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Que vergonha!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Nós sabemos que os portugueses não querem eleições, querem estabilidade política e por isso este Parlamento deve fazer todas as diligências que são possíveis para a garantir.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Retirem a moção!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Aquilo que foi dito pelo líder do PS e pelo representante do Partido Socialista, na nossa perspetiva, não faz sentido político e não tem sentido jurídico.

*Protestos da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.*

O facto de haver a possibilidade de suspensão potestativa dos trabalhos no final da discussão não impede que seja possível, através das regras gerais, requerer uma suspensão específica da discussão da moção de confiança.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Como é óbvio!

*Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas a questão aqui não é jurídica, Sr.<sup>a</sup> Presidente. A questão...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado excedeu o seu tempo.

Temos um outro pedido de palavra, do Sr. Deputado António Filipe, do Grupo Parlamentar do PCP, certamente para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Certamente, Sr.<sup>a</sup> Presidente, é nesse sentido próprio.

A Mesa recebeu um requerimento. A Mesa ou interpreta o Regimento no sentido de que não aceita o requerimento ou aceita o requerimento. Se aceita o requerimento, submete-o à votação.

O que não faz sentido é discutirmos politicamente o conteúdo do requerimento.

*Aplausos do PCP e de Deputados do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, assim é, e, no entender da Mesa, não há nenhuma razão para que o requerimento não seja posto à votação, a menos que o grupo parlamentar que o apresentou o retire. Se o não fizer, vamos votar o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

No entanto, se me dá licença, Sr. Deputado Hugo Soares, não quero deixar de comentar também aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Pedro Delgado Alves relativamente ao disposto no artigo 220.º, que é específico sobre a votação da moção de confiança.

São, no entender da Mesa, duas situações diferentes. Uma coisa é haver a possibilidade, que o artigo 220.º dá, de, encerrado o debate, se proceder à votação da moção de confiança após o intervalo de uma hora, se requerido por qualquer grupo parlamentar — o que não foi o caso —; outra coisa é, no decorrer de uma sessão



plenária, como é aquela que estamos a ter, haver, a requerimento de um grupo parlamentar e por deliberação do Plenário, uma interrupção dos trabalhos.

É desta situação que estamos a falar agora e não da que está prevista no artigo 220.º.

Portanto, Sr. Deputado Hugo Soares, a Mesa aguarda que o Grupo Parlamentar do PSD informe se pretende a votação do seu requerimento ou não.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.ª Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD mantém o requerimento para ser votado, porque o Grupo Parlamentar do PSD, em nome do PSD, quer ter uma conversa com o Partido Socialista.

*Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.*

A Sr.ª **Alexandra Leitão** (PS) — Quer?!

*Burburinho na Sala.*

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Assim sendo, Sr.ªs e Srs. Deputados, vamos, por favor, manter condições para o nosso funcionamento.

*Continuação do burburinho na Sala.*

Sr.ªs e Srs. Deputados, o Parlamento tem de conseguir funcionar mesmo nos momentos mais críticos que enfrenta. E se este é um momento crítico, então isso exige de nós ainda mais serenidade no nosso funcionamento.

Portanto, agradeço às Sr.ªs e aos Srs. Deputados que mantenham a tranquilidade para se poder proceder à votação do requerimento oral, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, no sentido de se proceder a uma suspensão dos nossos trabalhos durante 30 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É só ridículo!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L) — Sr.ª Presidente, peço a palavra.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.ª Deputada, nós íamos iniciar uma votação. É sobre este ponto que a Sr.ª Deputada quer intervir?

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L) — Sim, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L) — Sr.ª Presidente, todos os grupos parlamentares têm direito a pedir uma suspensão dos trabalhos, seja por que motivo for, mas o motivo aqui invocado foi muito claro: uma reunião entre dois partidos desta Assembleia da República.

A verdade é que a Conferência de Líderes pode reunir de urgência e para isso os trabalhos também podem ser suspensos.

*Protestos do CH.*

Se o PSD precisa de um tempo para se reorganizar, tudo bem, mas não é isso que está aqui em causa e, portanto, nós não votaremos a favor, naturalmente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ela fez uma declaração de voto!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Compreendendo os motivos de cada grupo parlamentar, agradeceia, no entanto, que não se fizessem declarações prévias sobre o sentido de voto.

*Aplausos do PSD.*

A alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º do Regimento é clara: as reuniões podem ser interrompidas por deliberação do Plenário a requerimento de um grupo parlamentar. E é isso que vamos fazer a seguir, vamos deliberar.

Portanto, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o requerimento já foi apresentado, vamos então votá-lo.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PS, do CH, do BE e do PCP, os votos a favor do PSD, da IL e do CDS-PP e as abstenções do L e do PAN.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então, não iam votar contra?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Se ouvisses mais e falasses menos! Não íamos votar a favor!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Muito obrigada, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados. Vamos prosseguir com os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio para uma intervenção que pode ir até 2 minutos e 35 segundos.

*Burburinho na Sala.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos, por favor, estabilizar a Sala para podermos ouvir o orador.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: Depois de mais um acordo entre o PS, a extrema-esquerda e o Chega, voltemos ao debate sobre a moção de confiança.

Nós damos confiança ao Governo, porque Portugal cresceu bem acima da média da zona euro — trabalho bem feito.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD); — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Damos confiança ao Governo, porque reduziu impostos sobre as famílias e sobre as empresas — trabalho bem feito.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas ninguém bate palmas!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Damos confiança ao Governo, porque permitiu a dezenas de milhares de jovens adquirirem uma casa sem pagarem impostos — trabalho bem feito.

Damos confiança ao Governo, porque melhorou as pensões para todos e alargou o complemento solidário para muitos idosos — trabalho bem feito.

Damos confiança ao Governo, porque apostou na liberdade de educação e no fim da ideologia de género nas escolas — trabalho bem feito.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Graças a quem?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Damos confiança ao Governo, porque regulou a imigração que recebeu descontrolada — trabalho bem feito.

Damos confiança ao Governo, porque fez da defesa uma prioridade nacional e melhorou a condição dos nossos militares e dos antigos combatentes — trabalho bem feito.

Damos confiança ao Governo, porque apostou na segurança e valorizou as condições de vida das nossas forças de segurança — trabalho bem feito.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Agora a sério!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Nós damos confiança ao Governo, porque melhorou o económico, alargou o social e dignificou o institucional. E por isso é que este Governo merece a confiança deste Parlamento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E ainda ninguém bateu palmas!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, nesta moção de confiança há dois valores em debate: a responsabilidade e a estabilidade. Estabilidade é o que todos os portugueses querem. Estabilidade é do que o País precisa. Estabilidade é do que Portugal precisa.

Como é possível que quem viabilizou o Programa do Governo e o primeiro Orçamento em nome da estabilidade corra agora atrás de uma escalada destrutiva que põe em causa o ativo da estabilidade política? Como é possível que quem, nos últimos 15 dias, rejeitou duas moções de censura venha agora inviabilizar a confiança para o Governo poder governar?

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a responsabilidade política, quando é autêntica, não pode depender de humores, de temperamentos e muito menos de estados de alma.

Acabo com um último apelo ao Secretário-Geral do PS: ponha os interesses nacionais em primeiro lugar e responda com coragem e sem fugir ao apelo do Primeiro-Ministro. É isso que os portugueses esperam.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, está inscrito o Sr. Deputado José Carvalho, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **José Carvalho** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Há um Primeiro-Ministro que faz de conta que ainda está no desempenho de funções e um país que sabe que ele já não representa a autoridade, a seriedade e a competência que os portugueses exigem e merecem.

É para isso que esta bancada do Chega, que representa responsabilidade, seriedade, estabilidade, competência e confiança, aqui está. Os portugueses sabem-no e podem confiar.

*Aplausos do CH.*

Posto isto, deixo três perguntas que o País coloca. Primeira, será que os portugueses podem confiar no Sr. Primeiro-Ministro? Segunda, se o Sr. Primeiro-Ministro não quer eleições, qual o motivo para insistir com uma moção de confiança após o chumbo de duas moções de censura? Terceira, PS e PSD, a que se juntou o CDS, com esta encenação aqui montada, estão dispostos a pedir desculpa ao País? Os portugueses bem merecem esse pedido de desculpas, haja coragem para tal. Estas são as questões essenciais.

E se há semanas tivemos uma bela encenação de populismo e competência neste Plenário, hoje temos oportunismo, ilusionismo e incompetência.

*Aplausos do CH.*

O País já o percebeu e não vale a pena ensaiar ou disfarçar. A competência é uma palavra vã, a autoridade e seriedade exigidas a este Governo são tão raras como as notas de 4 e 500. Uma passagem pelos serviços públicos mostra-o à sociedade: as escolas, que deveriam representar o futuro, estão cada vez mais numa viagem de regresso ao passado de má memória — os professores que não existem; os muitos alunos sem aulas e sem esperança; os professores, profissionais de excelência, que dão o melhor de si todos os dias e que não veem as suas qualidades pessoais, profissionais e institucionais representadas; uma comunidade escolar que vive em espaços atolados em indisciplina, violência e burocracias sem fim; as famílias, que teimam em ver as escolas livres das amarras ideológicas.

E, Sr. Primeiro-Ministro, houve uma mini remodelação no Governo e soubemos da substituição do Sr. Secretário de Estado, o Dr. Dantas da Cunha. O País, até hoje, continua sem saber o motivo da saída: exoneração ou demissão? Competência ou incompetência?

Com o País atolado em falta de esclarecimentos e suspeições, o alerta, meus senhores, fica aqui: não se safarão das explicações e serão derrotados em eleições. E se o ainda Sr. Primeiro-Ministro sonha com o cavaquistão, apenas terá uma desilusão: mais facilmente teremos o antigo Primeiro-Ministro José Sócrates como Presidente da República do que o Dr. Luís Montenegro a repetir a proeza de ser, de novo, Chefe do Governo. Está escrito nas estrelas.

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, neste momento a Mesa não regista nenhuma inscrição. Peço às direções das bancadas que decidam se querem inscrever as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados com o tempo de que dispõem.

*Pausa.*

Insisto, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não tenho inscrições.

*Pausa.*

Dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Regina Bastos, do Grupo Parlamentar do PSD. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Uma primeira palavra — Luís Montenegro, cidadão português, residente em Espinho, casado, pai de dois filhos,...

**Vozes do CH:** — Oh!

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — ... há 11 meses e 9 dias Primeiro-Ministro de Portugal,...

**Vozes do CH:** — Infelizmente!

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — ... tem a nossa confiança.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Aqui estamos, hoje, a debater a moção de confiança que o Governo apresenta, depois de mais de três semanas de ataques, suspeições, mentiras e ultimatoss feitos pela oposição.

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Não, vocês não precisaram de ajuda!

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — O Primeiro-Ministro tem sido acusado por tudo — pela empresa familiar que teve e pela empresa familiar que já não tem. Para o Partido Socialista tanto faz que a dita empresa tenha tido apenas como sócios a mulher e os filhos, a partir do ano de 2022, ano em que passou a ser Presidente do PSD.

Ontem, o Secretário-Geral do PS, Pedro Nuno Santos, afirmou, com pose de grande moralista, que a empresa Spinumviva foi criada pelo Primeiro-Ministro quando já exercia o cargo, com o objetivo de receber avenças.

*Protestos de Deputados do PS.*

A mentira a calúnia e a desonestidade intelectual passaram em horário nobre. Para o Partido Socialista não contou nada a empresa ter passado a ser apenas dos filhos.

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — E porquê?...

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — Como não valeu de nada, não esclareceu nada a divulgação da lista de clientes da empresa Spinumviva e a enumeração exaustiva dos serviços prestados, como foram postas no caixote do lixo da irrelevância as informações dadas pelos preços cobrados e pagos pelos serviços aos clientes, como foi completamente inútil a divulgação dos seus colaboradores qualificados.

O Primeiro-Ministro esclareceu tudo,...

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Onde?...

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — ... honrando as obrigações de escrutínio e de transparência, deveres a que um político honesto e digno está obrigado.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do PS.*

O Primeiro-Ministro, em nenhum momento, ocultou a existência da empresa familiar,...

**Vozes do PS:** — Ah!

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — ... declarou-a na sua declaração de interesses, há quase um ano, quando assumiu o cargo. O Primeiro-Ministro não se recusou a responder a nenhuma pergunta da oposição. Não tinha nada a temer, não tinha nada a esconder.

O Chefe do Governo apresentou e enfrenta esta moção de confiança com a dignidade de quem não tem nada a temer e nada a esconder.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Mas não quer a comissão de inquérito!

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — Mas, para o líder da oposição, as respostas e os esclarecimentos nunca são suficientes, nunca serão suficientes. Vale a pena lembrar os ziguezagues do Partido Socialista: incoerente, contraditório e à deriva de pressões partidárias internas, anunciou a inviabilização da moção de censura, ao mesmo tempo que ameaçava, com o voto contra, uma moção de confiança. Ou seja, segura o Governo se o instrumento regimental for a moção de censura, mas derruba o Governo se for uma moção de confiança.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Por isso é que há moção de censura e moção de confiança. São conceitos diferentes!

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — Isto é a total insanidade política, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do PS.*

Para a disfarçar e tentar credibilizar a débil liderança, o Partido Socialista teve uma espécie de epifania: a criação de uma comissão parlamentar de inquérito. O Partido Socialista diz que não quer eleições antecipadas — diz que não quer eleições antecipadas! —,...

**Vozes do PSD:** — Quer, quer!

*Protestos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — ... mas o que é evidente é que está desesperadamente a tentar salvar a face, e, numa manobra pueril de passa-culpas pela irresponsabilidade ao provocar a realização de eleições antecipadas, apresentou ontem, um tanto apressadamente, o requerimento potestativo para a criação da comissão parlamentar de inquérito.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Está distraída?!

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, não sejamos ingénuos. Os verdadeiros objetivos da comissão parlamentar de inquérito são os de atirar lama para cima do Chefe do Governo, colar-lhe suspeições atrás de suspeições, espalhar mentiras, alimentar, sem pudor, quem vive da espuma dos dias,...

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — ... num processo de descredibilização que só acabará com o assassinato político. É isto, tudo bem disfarçado sob a alegação do escrutínio político e em nome da transparência e de uma sã democracia.

Como disse o Sr. Primeiro-Ministro, aqui, há sete dias, nem ele nem o Governo se furtam ao escrutínio em todos os domínios, porque levaram a transparência aonde ninguém a tinha levado antes.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Temer a comissão parlamentar de inquérito não parece ser o caso, todas as explicações pedidas foram dadas. Temer eleições antecipadas não é, seguramente, o caso também. Não as desejamos, mas se os partidos da oposição não assumirem a legitimidade política do Governo para governar, mais vale dois meses de suspensão da estabilidade política do que um ano e meio de degradação e paralisia — acabo de citar o Sr. Primeiro-Ministro...

*Aplausos do PSD.*

... na discussão da moção de censura do PCP, há uma semana.

As razões para não sujeitar o País, de novo, a eleições são as pessoas e o interesse nacional.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não é verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — Há precisamente um ano, a Aliança Democrática venceu as eleições legislativas tendo um propósito, o de mudar Portugal. Foi empossado o Governo.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Ah!

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — Desde o primeiro dia da governação, pôs em marcha a transformação do País, pondo fim à letargia e falta de ambição de oito anos de Governo socialista. Ao desolador legado deixado pelo anterior Governo nas carreiras da Administração Pública, este Governo respondeu com a sua valorização.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — À escalada dos impostos do passado seguiu-se uma descida, aumentaram-se as pensões, estamos com o desemprego em mínimos e o emprego em máximos históricos.

Nestes 11 meses, a economia de Portugal cresceu acima da média europeia. Temos um equilíbrio orçamental com sólido *superavit*. Com este Governo, decisões há muito adiadas foram tomadas, nas infraestruturas e na mobilidade, de que é exemplo o Aeroporto de Lisboa, mas também na rede de alta velocidade, na travessia sobre o Tejo.

Para combater a crise herdada, a crise gravíssima herdada na habitação, está em curso o processo de construção de perto de 60 mil novas casas públicas.

A imigração está a ter as respostas adequadas com integração e humanismo.

Este Governo está atento à segurança, ao combate à criminalidade, sem excluir a prevenção e o combate à violência doméstica. A aposta no policiamento de proximidade para assegurar às pessoas um quotidiano tranquilo; a saúde, que tanto conta para os cidadãos, está a ser transformada, assim como o ensino público, que carecia da reforma e modernização que esta governação está apostada em concretizar.

Para crescer e pagar melhores salários e fixar os nossos melhores, os nossos jovens, é preciso que a economia cresça através do investimento público e privado. É isso que o Governo está a fazer com o programa Acelerar a Economia.

É para travar este ritmo de progresso transformador que a oposição quer a crise política e deseja eleições antecipadas. A oposição, e em especial o PS, nesta deriva populista, despreza os portugueses e despreza o País. Conta zero a situação mais complexa que se vive na Europa em muitas décadas e o difícil e imprevisível xadrez internacional. Para adensar este clima de lamentável degradação e instabilidade política, o Partido Socialista conta com a companhia dos seus velhos parceiros da geringonça e do partido Livre. Mas conta também com o conluio do partido mais à direita deste Parlamento, o Chega, que distrai os portugueses...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tutti Frutti!

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — ... e o País dos seus graves e delicadíssimos problemas internos e se dedica, de alma e coração, à criação de caos político e institucional que derrube o Governo e leve a eleições antecipadas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É, é, em Estarreja também há alguns!

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — Todos unidos no voto contra a moção de confiança. Quem diria?!

*Aplausos do PSD.*

Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Luís Montenegro, acreditamos em si, conhecemos os seus propósitos e os do seu Governo: fazer Portugal mudar,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Outra vez?!

A Sr.<sup>a</sup> **Regina Bastos** (PSD): — ... governar a pensar nas pessoas, nas mulheres e nos homens, nos mais jovens e nos menos jovens, pensar e perseguir a felicidade e bem-estar para todos nós. Temos confiança em si, porque sabemos que é um homem sério, um devotado e dedicado servidor dos portugueses e de Portugal. Conte connosco.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, do Partido Socialista, tem 8 minutos e 23 segundos para uma intervenção. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Durante as últimas semanas foram colocadas...

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, desculpe-me interromper. Está a haver mobilidade no Plenário, neste momento, e é para que tenha condições para poder intervir.

*Pausa.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Durante as últimas semanas, foram colocadas inúmeras questões ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Governo,...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa** (PS): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — ... nesta Assembleia, fora desta Assembleia, pelos jornalistas, por escrito, oralmente, de todas as formas e feitios. O Sr. Primeiro-Ministro não quis ou não pôde responder, nem na Assembleia, nem por escrito, nem aos jornalistas,...

*Risos do Deputado do PSD Almiro Moreira.*

... nem ao País, e preferiu apresentar uma moção de confiança, de forma provocatória, porque prefere uma crise política e arrastar o País para eleições do que sujeitar-se a uma CPI, a uma comissão parlamentar de inquérito.

E permita-me dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que aquilo a que hoje assistimos aqui é, de facto, a prova de que o Governo e o Sr. Primeiro-Ministro estão desesperados. O Governo e o Sr. Primeiro-Ministro pretenderam suspender estes trabalhos, e estes trabalhos têm procedimentos públicos claros — Sr. Deputado Paulo Núncio, a democracia é formalismo,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — ... a democracia são procedimentos claros e públicos —,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — ... para interromper, não sabemos bem para quê, e fazer uma reunião privada, também não sabemos bem para quê, o que não é nem claro nem transparente.

*Aplausos do PS.*

O Partido Socialista, Sr. Primeiro-Ministro, não quer esclarecimentos para si próprio. O Partido Socialista quer esclarecimentos para este Parlamento, para o País e para os portugueses,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É isso!...

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — ... e portanto têm de ser públicos.

*Aplausos do PS.*

Ao longo deste ano de governação, o Partido Socialista foi sempre um garante de estabilidade: quando elegeu o Presidente da Assembleia da República, quando não rejeitou o Programa do Governo, quando



viabilizou o Orçamento do Estado, quando não viabilizou duas moções de censura. Pode até dizer-se, Sr. Primeiro-Ministro, que a sua manutenção neste Governo minoritário se deve à responsabilidade institucional do maior partido da oposição.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sejam consequentes, então!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — E, depois de tudo isto, o Governo apresenta uma moção de confiança, sabendo bem qual era o seu destino. Nesta bancada, o Secretário-Geral do Partido Socialista sempre deixou claro o que faríamos perante a apresentação de uma moção de confiança. Portanto, apresentá-la só pode ser, de facto, vontade de se eximir, de fugir àquilo que é um instrumento parlamentar normal, transparente e democrático, que é uma comissão parlamentar de inquérito.

*Aplausos de Deputados do PS.*

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, termino dizendo isto: se quer prestar esclarecimentos, faça-o publicamente, de acordo com as tramitações públicas, legais e regulamentares. Sujeite-se à comissão parlamentar de inquérito e retire a moção de confiança.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, dispõe de 1 minuto e 47 segundos para uma intervenção. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente: A exclusividade do Primeiro-Ministro não é uma matéria de negociação entre o Partido Socialista e o PSD, entre o Primeiro-Ministro e o líder do PS, Pedro Nuno Santos.

Revelar pormenores da vida pessoal que nunca ninguém perguntou não é transparência, é demagogia. A suspensão dos trabalhos da Assembleia da República no dia de uma moção de confiança, supostamente para prestar esclarecimentos que não foram dados e para dar as informações...

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Ah!...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... que foram ocultadas durante dois debates de moção de censura,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não é verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... uma declaração pública ao País sem direito a perguntas de jornalistas e respostas escritas, não é responsabilidade, é um jogo político.

O Primeiro-Ministro não pode receber avenças através de uma empresa que é sua.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não é verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É sua do ponto de vista formal, porque a transmissão que foi feita não tem validade jurídica, e é sua do ponto de vista substantivo, porque não existe fora da sua esfera pessoal.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É pura especulação!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É por essa razão, e por nenhuma outra, que estamos aqui. É por essa razão que Luís Montenegro não pode ser Primeiro-Ministro, e é por essa razão que apresenta uma moção de confiança, sabendo que isso significaria ir a eleições. É importante que cada um assuma as suas responsabilidades neste debate.

Sim, tudo isto é triste. Sim, tudo isto existe. Mas a verdade é que nada disto é fado.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Nunes, do Chega, que dispõe de 6 minutos e 26 segundos.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Esta sessão já vai longa e aquilo que ouvimos aqui hoje demonstra o estado a que PS e PSD trouxeram o regime. Reuniões à porta fechada, Pedro Nuno Santos já cita Sá Carneiro, Eurico Brilhante Dias cita Sá Carneiro, ouvimos Mariana Mortágua falar dos problemas da exclusividade, e isto tudo depois de, quando o Chega apresentou uma moção de censura, o PS dizer que era uma vergonha.

Mas nesse dia ficou marcado que, além de Luís Montenegro, Pedro Nuno Santos sabia da avença com a Solverde, porque questionou diretamente! Era o único que sabia, mas nesse dia não quis votar a favor da moção de censura do Chega,...

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — E agora também não!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — ... porque fazia muita confusão.

Mas sabem, meus senhores, hoje, 50 anos depois do 11 de março de 1975, o General Almeida Bruno deve dar voltas no túmulo, neste momento! Com tudo o que fizemos para travar a esquerda e a extrema-esquerda, consolidada a 25 de novembro, e, passado este tempo todo, vem o PSD com a história de dizer «porque nos estão a boicotar» e que «o Chega está a boicotar a direita». O «não é não» fez ontem um ano, e, ao final deste tempo todo, vocês nunca foram de direita.

No vosso congresso de Fundação, Pinto Balsemão, ontem condecorado, dizia: «Nunca fomos de direita, não somos do centro, camaradas, somos de esquerda!»

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — O quê? A falar de camaradas a esta hora!...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Foi o que disseram sempre, até aprovaram políticas de nacionalização. Parecia Pedro Nunes Santos no último congresso do Partido Socialista!

Portanto, a direita somos nós. A direita somos nós!

*Aplausos do CH.*

De uma vez por todas, vamos hoje honrar a história de todos aqueles que, no 11 de março de 1975, terminaram com o PREC (Processo Revolucionário em Curso), e vamos iniciar o período — não revolucionário em curso, mas sim eleitoral em curso — que ditará a história de que, ao final de 50 anos, até a extrema-esquerda vai borda fora do Parlamento, para o limpar.

*Aplausos do CH.*

Vamos a eleições, Sr. Primeiro-Ministro. Não é não!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Não sei se alguém deseja inscrever-se, porque não temos mais ninguém inscrito.

*Pausa.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Ventura, do Partido Social Democrata, que dispõe de 8 minutos e 7 segundos para intervir. Faça favor.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Luís Montenegro apresenta-se nesta Câmara na qualidade de Primeiro-Ministro porque, há um ano, venceu eleições. O Partido Socialista está na oposição porque, há um ano, perdeu a confiança de meio milhão de eleitores e perdeu eleições.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Há um ano, os portugueses expressaram um desejo de mudança.

Com o Estado social debilitado e com serviços incapazes de cumprir responsabilidades básicas nas áreas da saúde e da educação, batiam-se recordes de carga fiscal sobre as famílias portuguesas, que viviam angustiadas. Mas, frustrados com oito anos de fracasso de governação socialista, muitos portugueses escolheram depositar o seu voto no Chega. Evidentemente, ninguém questiona as preocupações e o patriotismo destes portugueses, mas hoje coloca-se a seguinte questão: para que serviu esse voto de protesto? O Chega apresentou soluções credíveis para os desafios do País, que resolvessem o problema da vida das pessoas? Nada disso!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — O Sr. Deputado André Ventura limitou-se a transformar a confiança de 1 milhão de cidadãos portugueses em birra, calúnias e, mais grave ainda, num bloqueio político-institucional.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vergonha! Tenha vergonha na cara!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Repare-se: o Governo da AD propôs reduzir o IRS, de modo a beneficiar uma classe média sufocada pela carga fiscal. O que fez o Deputado André Ventura? Chumbou a proposta do Governo e votou favoravelmente a proposta socialista.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**Vozes do CH:** — É mentira!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Quando a AD propõe criar, no seio da PSP (Polícia de Segurança Pública), uma unidade de estrangeiros e fronteiras para fiscalizar a imigração, o Chega junta-se com o PS para inviabilizar a proposta.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Entre o País e o PS, André Ventura escolheu sempre o socialismo.

*Aplausos do PSD.*

Em breve, seguramente, veremos o Deputado André Ventura confessar o seu novíssimo sonho: ser ministro do Deputado Pedro Nuno Santos.

*Risos e protestos de Deputados do CH.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, depois de ter chegado tarde ao problema da segurança, da imigração desregulada e da excessiva carga fiscal, o principal partido da oposição não hesita em abraçar um caso político artificial que hoje se traduz numa crise política. Compreende-se, pois o PS vive obcecado com o seu regresso ao poder.

A bem da verdade, no último ano, o PS não traçou uma alternativa, não formulou uma ideia nova, não identificou uma causa nacional.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Limitou-se a apresentar os mesmos rostos e a mesma receita de António Costa.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos, pois, ao caso em apreço. Com efeito, trata-se do caso de um Primeiro-Ministro que trabalhou antes de ser eleito presidente do seu partido. Mais estranho ainda, Luís Montenegro ousou — pecado dos pecados! — criar uma empresa privada e trabalhar para empresas privadas.

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Escândalo!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Hoje, o País conhece em detalhe o património e os rendimentos do Primeiro-Ministro, pois foram devidamente declarados às instituições competentes.

Num quadro em que, no espaço público, se discute a empresa académica do filho do Primeiro-Ministro, o hotel onde dormia ou as obras no interior da sua casa, exigia-se ao PS, partido fundador da democracia, a defesa das instituições.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Mas o PS optou por institucionalizar a devassa da vida privada, optou politicamente por degradar o nosso regime.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, tal como o seu voto nesta moção de confiança, a sua CPI não configura nenhum desejo de escrutínio democrático. Trata-se, isso sim, de um ato de rendição a André Ventura...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — ... e à forma política que o Chega conduz no Parlamento português.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Hoje, passado um ano, os portugueses sabem que o Governo reduziu impostos, aumentou salários e pensões; valorizou carreiras no Estado, no âmbito da segurança, da defesa, do ensino e da saúde; decidiu sobre o novo aeroporto e outras infraestruturas vitais para o nosso desenvolvimento. Fê-lo com rigor nas contas públicas e com o País a crescer acima da média europeia.

Não, Srs. Deputados Pedro Nuno Santos e André Ventura, não é cobardia apresentar a esta Casa uma moção de confiança. Chama-se humildade democrática e sentido de Estado! Cobardia é atacar um homem porque não se consegue combater as suas ideias, as suas políticas e os resultados do seu Governo.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Hã?!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Hoje, os portugueses sabem que Chega e PS convergiram com o intuito de derrubar um Governo legítimo. Sabem que podem contar com uma oposição que nada fez para resolver os problemas do País.

Aqui chegados, somente uma decisão soberana dos portugueses poderá quebrar o impasse político cavado pelos Deputados Pedro Nuno Santos e André Ventura.

Termino com uma palavra dirigida aos Deputados e Deputadas do PSD, cuja inabalável coragem na defesa de um Governo de mudança pôs em evidência a sua dedicação à defesa do interesse nacional. Há uns anos, num tempo bem mais difícil para o PSD, Leonor Bezeza recordou-nos: «Este nosso partido nasceu contra o vento, e contra o vento venceu.» Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, contra o vento, voltaremos a vencer.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Pinto está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, ouvi as declarações do Sr. Deputado Bruno Ventura e percebo a tentativa que fez para se aguentar nas listas do PSD para as próximas eleições,...

*Risos do CH.*

*Protestos do PSD.*

... mas aquilo que queria pedir à Mesa era que distribuísse os sentidos de voto do PSD em relação às propostas sobre forças de segurança e sobre imigração que o Chega apresentou nesta Casa e que o PSD votou contra.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, será distribuído.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nós não somos o CDS. Pedem o nosso voto a favor a pensarem que nós somos o CDS ou a IL. Não, nós somos o Chega.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Por favor, faça chegar à Mesa para ser distribuído.

Sr. Deputado Bruno Ventura, tem um pedido de esclarecimento da Sr.<sup>a</sup> Deputada Marina Gonçalves. Dispõe de 2 minutos, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Deputado, o que tem acontecido nas últimas três semanas ao País, a este Parlamento, deveria verdadeiramente envergonhar-nos e fazer-nos refletir sobre aquele que é o nosso papel na vida de todos aqueles que hoje estão muito dependentes da decisão que este Governo vai tomar sobre a continuidade e a estabilidade da política pública.

Aquilo que aconteceu hoje deveria envergonhar-nos e aquilo que aconteceu há uns minutos deveria envergonhar-nos ainda mais, porque o PSD, o CDS e o Governo devem achar que o País é um jogo e «eu vou esconder a minha mão até ao fim, vou gozar com cada grupo parlamentar e com os portugueses», para, no final, tentar passar uma imagem de aparente transparência, sobre um assunto que de transparente não tem nada e em que muito há a explicar a este Parlamento, porque explicar a este Parlamento é explicar aos portugueses.

*Aplausos de Deputados do PS.*

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Que tristeza, pá!

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Por isso, Sr. Deputado, deveria mesmo envergonhar-nos o exercício que fizemos hoje.

Estamos a falar disto depois de três semanas em que, por exclusiva responsabilidade do Primeiro-Ministro, há um descrédito nas instituições públicas. E é o mesmo Primeiro-Ministro que diz que tem uma empresa para gerir a herança da família, mas que afinal a empresa é para prestar serviços de proteção de dados, mas que afinal a empresa já nem é do Primeiro-Ministro, mas que coloca os Srs. Ministros e os Srs. Deputados a falar de uma empresa que dizem ser «a empresa do Primeiro-Ministro». É o mesmo Primeiro-Ministro que diz que há sigilo e que, por isso, só pode falar de um cliente, que foi aquele de que falou logo no primeiro momento, mas que depois diz que está tudo esclarecido e que não quer falar, mas que depois manda os Srs. Ministros falar desta matéria, mas que depois, no dia em que podia dizer «sim senhora, vamos para uma comissão parlamentar de inquérito», que é um instrumento legal existente para poder escrutinar publicamente e devolver a confiança que retirou aos portugueses, aquilo que faz é apresentar uma moção de confiança.

E, veja-se, apresenta o único instrumento que permite ao Governo derrubar-se a si próprio sem ter de votar. Isto chama-se, Sr. Deputado, como disse, cobardia.

*Aplausos do PS.*

Sr. Deputado, a minha pergunta é mesmo muito simples. Os Srs. Deputados do PSD e do CDS querem também ter este ato de cobardia e acompanhar a moção de confiança ou vão pedir ao Governo...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Ventura, do PSD, dispõe de 2 minutos para responder. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, serei rápido.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada acabou de demonstrar aqui o que o PS tem feito nas últimas semanas: pedir esclarecimentos, lançar suspeitas e fazer zero perguntas para serem esclarecidas.

Ficámos esclarecidos, muito obrigado.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Zero! Zero!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a Mesa não regista inscrições.

*Pausa.*

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes para uma intervenção. Dispõe de 45 segundos. Tem de os aproveitar bem. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Caras Cidadãs e Cidadãos, Sr. Primeiro-Ministro: O Sr. Primeiro-Ministro disse-nos hoje que a pergunta é se o Parlamento tem confiança institucional no Governo para que continue a executar o seu Programa, mas não distorça o que está aqui em causa, Sr. Primeiro-Ministro. É que a pergunta não é essa, a pergunta é como é que gere os seus conflitos de interesse e quando pediu ou de como pediria escusa em decisões que o Governo tem de tomar todos os dias. Essa é que é a questão.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Em todas as ocasiões, o Sr. Primeiro-Ministro optou por não prestar esses esclarecimentos.

Há uma semana e meia, perguntou aos partidos se têm confiança em si e os partidos disseram que não, não têm. Em vez de se demitir e garantir a estabilidade do País, o Sr. Primeiro-Ministro resolve arrastar todo o Governo para esta moção de confiança, que já sabia que iria ser chumbada.

«O País precisa de estabilidade, mas não de uma estabilidade a todo preço que contamine as instituições. O País precisa que o Primeiro-Ministro ponha o País em primeiro lugar. Em nenhum dos momentos-chave deste processo tomou uma decisão que tranquilizasse os portugueses.» Estas palavras não são minhas, são da Iniciativa Liberal, e vamos votar contra a moção.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares. Dispõe de 6 minutos. Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Pedro Duarte): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Eu ainda sou do tempo em que, numa democracia evoluída e madura como a nossa, para além de, diria, saudáveis discussões em público entre diferentes forças políticas, havia também espaço para outras conversas, designadamente entre o Governo e o Parlamento e as oposições,...

**Vozes do PS**: — Agora?! Agora?!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... e, particularmente, entre o Governo e os grupos parlamentares que tinham iniciativas que estavam em debate e em discussão. Percebemos, há pouco, que o Partido Socialista não quer ir por esse caminho, o que é, naturalmente, legítimo e respeitável.

Na sequência disso mesmo, vou seguir a metodologia sugerida e, portanto, em público, gostaria de apresentar, em nome do Governo, uma proposta ao Parlamento, mas, muito particularmente, dirigida ao Partido Socialista. Gostaria, portanto, de concretizar aquilo que foi aqui já anunciado pelo Sr. Primeiro-Ministro, numa proposta que permitirá, por um lado, um esclarecimento cabal de tudo aquilo que se entenda por necessário sobre esta matéria e, por outro lado, não menos importante, não adiar o País, não prejudicar o País, na senda do desenvolvimento que se tem vindo a encetar nos últimos meses.

Portanto, a proposta é a seguinte: quanto ao método, seguirmos o método sugerido pelo Partido Socialista, através da criação de uma comissão parlamentar de inquérito; quanto ao âmbito e ao objeto da mesma, seguirmos aquilo que foi sugerido no requerimento do Partido Socialista — precisamente aquilo que foi sugerido pelo Partido Socialista — e, nas próximas horas, ou dias, definirmos a documentação, os procedimentos necessários para pormos, de imediato, em concretização esta mesma comissão parlamentar de inquérito, e o compromisso de que, em 15 dias, se apresentarão os resultados e conclusões dessa mesma comissão de inquérito.

**Vozes do PS**: — Quinze dias?!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — É uma proposta construtiva, é uma proposta que permite o esclarecimento desejado por aqueles que tanto o reclamam e é uma proposta que impede que o País seja enlameado e arrastado para um processo que nos vai prejudicar a todos, enquanto portugueses.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, acabou de ser feita uma intervenção por parte do Sr. Ministro e a Mesa não regista, neste momento, nenhuma inscrição para pedidos de esclarecimento.

*Pausa.*

Inscreeveu-se o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos para um pedido de esclarecimento ao Sr. Ministro. Sr. Deputado, dispõe de 2 minutos.

Pedia o silêncio da Câmara para podermos ouvir o pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Pedro Nuno Santos ao Sr. Ministro. Faça favor.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD, inicialmente, tinha pedido uma comissão «privada» de inquérito.

*Protestos do PSD.*

Nós não aceitamos nem combinações nem negociações com o PSD ou com o Governo. Para nós, é fundamental uma comissão parlamentar de inquérito que cumpra as regras de uma comissão parlamentar de inquérito, que seja séria e que permita o apuramento da verdade, que é um dever que os senhores têm para com todo o País.

Portanto, devolvo o desafio para que o Governo retire a moção de confiança e aceite a comissão parlamentar de inquérito.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vou dar a palavra ao Sr. Ministro, que precisa das mesmas condições que teve o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos para dar o esclarecimento solicitado.

Sr. Ministro, dispõe de 2 minutos para a resposta.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, eu estou e, atrevo-me a dizer, o País está um pouco intrigado com a sua intervenção,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sim, sim, o País!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... porque todos queremos perceber se isso significa que aceita, ou não, a proposta que o Governo aqui fez. É muito importante que se perceba isso, porque, se for negativa a sua resposta, acho que isso é muito esclarecedor sobre tudo o que se tem passado nos últimos dias no nosso País.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Se isso significa que o Sr. Deputado aceita a nossa proposta, naturalmente o Governo retirará a moção de confiança.

*Aplausos do PSD e CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a Mesa não regista mais nenhum pedido de intervenção, pelo que pedia às direções dos grupos parlamentares para...

*Burburinho na Sala.*

Srs. Deputados, estamos no exercício do debate, portanto passarei à fase de encerramento se não houver inscrições.

Eu tenho calma, mas têm de ter respeito pela Mesa. Os Srs. Deputados conhecem os tempos disponíveis para os diversos grupos parlamentares...



*Pausa.*

O telefone está a tocar, por isso vou tentar compreender para que efeito.

*Pausa.*

Srs. Deputados, o tempo que estou a aguardar é o tempo que normalmente se aguarda nestas situações. A situação também é uma situação especial.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, está a pedir a palavra para que efeito?

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Acordou agora!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Dispõe de 1 minuto.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, parece-me que o Sr. Secretário de Estado propôs uma metodologia que, habitualmente,...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Peço desculpa.

O Sr. Ministro propôs uma metodologia que, habitualmente, é da competência da própria Conferência de Líderes.

Nesse sentido, gostaria apenas que ficasse clarificado se o que se pretende é algum tipo de suspensão dos trabalhos para que a Conferência de Líderes e todos os partidos possam analisar, com a condução, ou não, e consequência, ou não, de uma eventual suspensão dos trabalhos ou retirada da própria moção de confiança. Isto porque a proposta de metodologia não parece que seja a discussão em Plenário, mas sim em Conferência de Líderes.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra. É muito rápido.

O Sr. **Presidente**: — Para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sim, Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, a interpelação à Mesa é esta: houve um repto feito pelo Ministro Pedro Duarte ao Deputado Pedro Nuno Santos, e eu acho que era importante, tendo em conta a relevância deste debate, que houvesse uma resposta com transparência do Deputado Pedro Nuno Santos ao pedido de esclarecimento que foi feito pelo Governo.

Nós estamos aqui, este momento é muito relevante, o País está a assistir e é muito importante que o interpelado possa responder.

*Risos do PSD e do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Já percebemos o sentido da sua intervenção. Foi feita, de forma pública, uma proposta a um grupo parlamentar. Portanto, o grupo parlamentar é livre de responder ou não a esta proposta.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Já respondi! Eu já respondi!

O Sr. **Presidente**: — Se houver outro requerimento, no sentido de haver a suspensão dos trabalhos ou de ser convocada uma Conferência de Líderes, etc., será, tal como aconteceu há bocado, através de um requerimento que algum grupo parlamentar apresente para que possa ser possível fazer a suspensão. Se não for, vamos continuar com a nossa ordem do dia sujeita a inscrições.

E agora vou dar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, provavelmente para uma interpelação à Mesa, que é mesmo uma interpelação à Mesa.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, sim, é uma interpelação à Mesa, porque a proposta que foi feita pelo Governo é de uma CPI que dure apenas 15 dias,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, não foi isso!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... mas eu quero lembrar que uma CPI é...

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, isso é uma interpelação à Mesa?

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, sim, é uma interpelação à Mesa.

Uma comissão parlamentar de inquérito é um instrumento do Parlamento e, portanto, não é o Governo que dita o tempo que uma comissão parlamentar de inquérito deve durar.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, desculpe...

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Portanto, queria deixar-lhe o repto, Sr. Presidente, de explicar isso ao Governo. Não é o Governo que decide os tempos do Parlamento.

*Aplausos do L.*

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu agradeço a interpelação, mas é assim: há um regime jurídico das comissões parlamentares de inquérito, é feita uma proposta, não tenho de me pronunciar sobre o conteúdo da proposta. O Partido Socialista, que foi interpelado, responderá como muito bem entender e, portanto,...

**Vozes do PS**: — Já respondemos!

O Sr. **Presidente**: — ... não é o Presidente da Assembleia que vai estar a interferir no conteúdo das propostas, sobre se estão bem, se estão mal, se são corretas. Depois, a consequência de uma eventual aceitação é que será tratada pelo grupo parlamentar. Não vou estar a fazer uma interpretação, senão teria de a fazer sobre os vários conteúdos que aqui são ditos.

Agradeço, no entanto, a sugestão que fez.

O Sr. Deputado Pedro Pinto está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa, por favor.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, nós já passámos mais de 5 minutos neste teatro, eu acho que está na hora de o Sr. Presidente chegar ao encerramento do debate.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Claro!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já se viu que não se vai chegar a um entendimento, já se viu que o Governo não vai retirar a moção de confiança.

O Sr. **Presidente**: — Sim, Sr. Deputado. Obrigado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tudo o que estamos aqui a fazer é a prolongar uma agonia, que já não vale a pena prolongarmos.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Faço só a referência de que isto não é propriamente um teatro, mas de qualquer maneira está feita a interpelação.

Se não houver mais nenhuma inscrição, irei passar à fase de encerramento do debate.

*Pausa.*

Preciso de saber quem é que faz a intervenção de encerramento, em nome do Governo.

*Pausa.*

Já sei quem é que fala em nome do Governo.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão pede a palavra para uma intervenção. Tem 2 minutos e 24 segundos. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Uma «CPI de 15 dias» não é uma CPI.

**Vozes do PSD**: — Oh!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — O prazo mais curto admissível para se conseguir fazer um escrutínio sério é aquele que nós propusemos, de 90 dias.

**Voz do PS**: — Está na lei!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Além do mais, Sr. Ministro, não é o escrutinado que define os termos em que é feito o escrutínio.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Nem é sob chantagem.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — E, sobretudo, não é sob chantagem.

O que queremos dizer é que, se querem verdadeiramente ser transparentes e prestar esclarecimentos...

*Protestos do PSD.*

... e se aceitam os termos da CPI, tal como ela está, retirem a moção de confiança e vamos esclarecer os portugueses.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Vamos então passar à fase do encerramento.

Vou dar a palavra ao Sr. Ministro de Estado e das Finanças, para fazer a intervenção. Dispõe de...

*Pausa.*

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos está a pedir a palavra. Vou condescender, mas acho que dei o tempo suficiente para que as inscrições fossem feitas.

Peço desculpa ao Sr. Ministro.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, tem a palavra, para uma intervenção. Dispõe de 1 minuto e 16 segundos. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Creio que neste debate tem valido tudo: pressão, chantagem e manobras até à última hora,...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... o que revela, de facto, o profundo desconforto e desorientação dos diversos partidos aqui.

A moção de confiança é uma fuga em frente face à existência do conflito de interesses no exercício de funções pelo Primeiro-Ministro — embora se recuse a reconhecer —, para fugir às suas responsabilidades e para evitar que se retirem as devidas conclusões.

Socorreu-se, mais uma vez, da propaganda para ocultar os interesses que o Governo serve, e não são os do povo nem os do País, mas sim dos grupos económicos, os tais que acumulam lucros recorde, porque a esmagadora maioria das famílias vive com mais dificuldades. Faz sempre questão de demonstrar o profundo desprezo pelos trabalhadores e os reformados, cujos salários e pensões não dão até ao fim do mês; pelos utentes que aguardam de madrugada ao frio, à chuva, por uma consulta; por quem procura e não consegue encontrar casa que consiga pagar.

Este Governo e a sua política estão a mais, foi o que ficou evidente neste debate ao longo de toda esta tarde. E o que as pessoas querem, de facto, é uma política alternativa, que garanta uma vida digna, educação, saúde, habitação, justiça e paz. E é por esta política e por esta vida digna que nós vamos continuar a lutar.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares, do Partido Social Democrata. Tem 1 minuto e 56 segundos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Chegámos ao fim do debate desta moção de confiança. Creio que ficou demonstrado à saciedade, perante todo o País, que quer o Grupo Parlamentar do PSD quer o Governo tentaram tudo.

**Vozes do PS**: — Oh!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tentaram tudo para dar as explicações que foram pedidas, mas, sobretudo, tentaram tudo para que o País não entrasse novamente numa crise política e houvesse eleições antecipadas.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Hoje, de forma clara, à frente de todos os portugueses, na Casa da democracia, onde estão aqueles que há um ano — faz hoje, ou fez ontem — representam a vontade expressa do povo português nas urnas, o Governo, o Grupo Parlamentar do PSD e o Grupo Parlamentar do CDS deram mostras

de que estavam aqui para evitar uma crise política, para que o Primeiro-Ministro pudesse responder a tudo, desde que se evitasse atirar lama,...

*Protestos da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.*

... se continuasse a criar suspeitas infundadas e a navegar em cima de notícias falsas.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Governo e as bancadas parlamentares que o suportam tentaram tudo até ao último segundo deste debate.

**Vozes do PS:** — Falso! Falso!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Propuseram tudo!

*Protestos do PS.*

O Partido Socialista mostrou ao País ao que vem: o Partido Socialista quer eleições e o Partido Socialista só pensa no interesse do seu Secretário-Geral e no seu interesse partidário.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do Partido Socialista. Dispõe de 1 minuto e 45 segundos.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A intervenção do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e a intervenção do líder parlamentar do PSD, se alguma coisa revelam é que, não tendo a moção de confiança servido o propósito ou conseguido levar ao objetivo de não haver CPI, tentam agora usá-la exclusivamente para condicionar a CPI,...

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... a forma como faz as suas perguntas,...

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... o tempo de que necessita,...

*Aplausos do PS.*

... num exercício nunca visto em 50 anos de democracia.

Numa democracia parlamentar, não é o escrutinado que define as regras de como o escrutínio tem de ser feito. Em contexto algum é a pessoa objeto de um processo disciplinar que diz ao seu empregador: «Não senhor, eu é que lhe vou dizer como é que me faz as perguntas,...

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Em quanto tempo.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... com que tempo e em que termos.»

O que fizemos foi um requerimento sério para uma comissão parlamentar de inquérito, e célere, face ao que é até a prática das comissões parlamentares de inquérito.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Claro!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Não é o escrutinado que vai inverter as regras.

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — Não são as regras. É só o prazo!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Mas, acima de tudo, não pode ser sob chantagem da República, não pode ser sob sequestro da democracia e dos escrutínios que têm de ser prestados que o Sr. Primeiro-Ministro se livrará da forma de prestar esclarecimentos no Parlamento.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não é nada disso!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — A resposta continua, como no início deste debate, há duas horas, exatamente nas mãos da mesma pessoa. Sr. Primeiro-Ministro, a opção de fazer cair o Governo nesta tarde é sua, exclusivamente sua.

*Aplausos do PS.*

*Risos do PSD.*

Porque nas suas mãos, e apenas nas suas mãos, está a possibilidade de retirar a moção de confiança.

*Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

Não aceitamos uma comissão parlamentar de inquérito que seja uma farsa ou uma aparência de comissão parlamentar de inquérito.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Muito bem! Muito bem!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Respeite a República, cumpra os seus deveres de esclarecimento.

*Aplausos, de pé, do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Vou então dar a palavra ao Sr. Ministro de Estado e das Finanças, para fazer a intervenção final deste debate. Dispõe de 10 minutos para o efeito. Faça favor.

*Pausa.*

Não tinha aqui a referência, mas condescendendo, como fiz há bocado com a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, dada a importância do debate, o Governo ainda tinha uma intervenção para fazer no tempo que lhe restava de, salvo erro, 3 minutos, e vai ser repostos, então, esse tempo.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares tem 3 minutos e 1 segundo. Faz favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Agradeço muito, Sr. Presidente, mas, de facto, fui visado nesta última intervenção e foi por isso que me inscrevi um pouco *in extremis*, digamos assim.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Eu queria chamar a atenção de todo o País para o que aqui se está a verificar.

**Vozes do PS**: — Oh!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Não é, de facto, um problema de o escrutinado querer definir regras, vamos lá a ser sérios.

**Vozes do PS:** — Oh!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — Nós apresentámos uma proposta construtiva para se poderem atingir dois objetivos. Um primeiro, escrutínio total e absoluto sobre aquilo que é necessário e que os portugueses querem saber.

*Protestos do PS.*

Propusemos que o fizéssemos segundo as regras, o método, o âmbito, o objeto que o Partido Socialista propôs.

*Protestos do PS.*

A única alteração que propusemos tem a ver com o prazo e com o *timing*.

**Vozes do PS:** — É regimental!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — E não é por acaso, porque a nossa divergência desde o primeiro minuto — e acho que hoje é claro, porque a máscara do Partido Socialista está a cair de forma estrondosa neste debate — é que...

*Aplausos de Deputados do PSD.*

*Protestos do PS.*

... aquilo que o Partido Socialista quer não é verdadeiramente o escrutínio nem o esclarecimento. O que quer é arrastar no tempo este clima de suspeição, este enlameamento da vida pública, institucional e democrática no nosso País, porque acha que com a degradação das instituições pode ter ganhos partidários.

Esta é, de facto, uma diferença gigantesca entre nós: o Partido Socialista quer degradar o País...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — ... para poder ganhar qualquer coisa quando houver eleições; o Governo quer preservar, proteger e promover o interesse nacional, a vida dos portugueses.

*Aplausos do PSD.*

É por essa razão que ao longo de todo este debate aqui viemos, com toda a humildade, mostrar-nos, mais uma vez, disponíveis para esclarecer tudo o que for necessário. Aqui nos apresentámos com humildade, com vontade de apresentar uma proposta construtiva, que poupava o País a uma crise política, e é por isso também que, do outro lado, aquilo que temos é uma intransigência, uma arrogância, um extremismo, um radicalismo, que hoje em dia são as características do Partido Socialista.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.*

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: É possível que no final desta sessão a esmagadora maioria das bancadas deste Parlamento tenha contribuído para, contra a vontade dos portugueses e os interesses de Portugal, mergulhar o País numa profunda crise.

Se o fizerem demonstram total ausência de sentido de Estado e total irresponsabilidade, demonstram que, quando lhes interessa, mesmo com um Parlamento tão fragmentado, conseguem criar as condições necessárias para que o resultado seja o que interessa aos seus jogos partidários, às suas agendas egoístas, aos seus interesses particulares, sobrepondo-os à própria vontade dos portugueses.

De um lado — e, obviamente, estou a falar do Governo, do Primeiro-Ministro e das bancadas do CDS e do PSD — estão aqueles que nos trouxeram até hoje, com insistência, esta moção de confiança, que podia ter esse desfecho. Sabiam disso e insistiram.

Do outro lado estão aqueles — e falo do PS — que avançaram com a comissão parlamentar de inquérito, dizendo que queriam explicações, mas invocam, ao mesmo tempo, uma posição tomada há mais de um ano, em termos genéricos, sobre moções de confiança, como se o mundo não tivesse mudado desde então e como se não estivéssemos a viver já uma profunda crise geopolítica,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... que vai ter profundíssimos impactos na vida dos europeus e dos portugueses.

*Aplausos da IL.*

Estão por aí também os abutres — e aqui todos percebem de quem falo —, desejosos de que o caos e a destruição se imponham,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... porque sabem que o caos é a melhor forma de disfarçar a situação caótica que vivem dentro da própria casa.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gilvaz** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Ao longo deste processo, a Iniciativa Liberal deu um exemplo de sentido de responsabilidade e defesa dos interesses dos portugueses. Votámos contra duas moções de censura, alertámos o Primeiro-Ministro sobre o caminho errado que estava a tomar, e eu próprio sugeri um plano de três pontos que teria, eventualmente, impedido que a crise se agudizasse: pedir desculpa aos portugueses, explicar tudo e encerrar a empresa.

Olhando para trás, creio que foi mesmo o melhor conselho que o Primeiro-Ministro recebeu, apesar de ter decidido não o aceitar.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Finalmente, votaremos hoje, se for o caso, a moção de confiança, porque o que está em causa é defender o interesse de Portugal ou defender os interesses particulares.

Se chegarmos a ir a eleições, lideraremos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Lideraremos?

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Lideram o vosso condomínio, e nem esse!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... mais uma vez, pelo exemplo.

O nosso caminho é o da ambição para Portugal, o da exigência para nós próprios primeiro e, depois, também para os outros, e o da responsabilidade perante os portugueses.

Recusaremos uma campanha focada em discussões plebiscitárias e de ataque pessoal.

Apresentaremos uma visão para o País, uma solução política de coragem e de confiança.



Os portugueses sabem que podem contar connosco. Os portugueses sabem que o liberalismo funciona e vai acelerar Portugal.

*Aplausos da IL, de pé.*

O Sr. **Presidente**: — Dado que o debate, não obstante a emoção, tem decorrido com uma razoável urbanidade, pedia que não fossem usados vocábulos como «abutres», etc., porque me parece que é uma situação que não adequada.

**Vozes do CH**: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Deputado André Ventura, que dispõe de 4 minutos e 6 segundos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: À hora a que aqui chegamos, o seu Governo está por poucos minutos de sobrevivência, e não por culpa de nenhum outro partido, não por culpa de nenhum setor social, mas por única e exclusiva culpa do seu nome, por única e exclusiva culpa do Primeiro-Ministro de Portugal.

Aquilo a que se assistiu neste Parlamento esta tarde, à última hora, uma tentativa de conluio direto entre dois partidos à procura de ver quem é que à porta fechada melhor salvava a situação, é bem o sinal do que a República teve nos últimos 50 anos em Portugal.

*Aplausos do CH.*

A tentativa brutal de fazer um arranjinho à última hora entre PS e PSD, para salvar a face de um Governo que perdeu a confiança dos portugueses, é bem o sinal do estado a que chegámos.

No início desta governação, o Sr. Primeiro-Ministro decidiu pôr-se nas mãos do Partido Socialista. Tomou uma opção. Escolheu o seu parceiro para o Orçamento do Estado, o Partido Socialista. Escolheu o seu parceiro para as grandes opções em matéria de combate à corrupção, em matéria de controlo de imigração, em matéria de controlo do Estado, em matéria de controlo do aumento do Estado. Escolheu sempre, sempre, porque era a sua convicção e porque estava no seu ADN (ácido desoxirribonucleico) escolher sempre o Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quando o fim se aproximou, o Partido Socialista já não estava e percebeu, claro, que o momento que tinha para seguir era o momento para o destruir.

Sr. Primeiro-Ministro, um dia a história dirá quem foi o responsável pela queda deste Governo. E deixe-me dizê-lo: não foi o André Ventura, não foi o Pedro Nuno Santos, não foi o Rui Rocha, nem o Paulo Raimundo, nem a Mariana Mortágua, nem a Inês de Sousa Real.

**Vozes do PS**: — Ah!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E nós? A inveja é uma coisa muito complicada!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nem o Rui Tavares.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Nem o Miguel Arruda, que foi escolhido por vocês!

**Vozes do PSD**: — Nem o Miguel Arruda!

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Peço para parar o tempo.

*Pausa.*

Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, este Governo cai porque uma vez, e outra vez, e outra vez, e outra vez, o PSD não percebeu e correu sempre para os braços do Partido Socialista na história da nossa democracia. É por isso que este Governo cai.

*Aplausos do CH.*

Este Governo cai porque no IRC decidiu pôr-se nas mãos do Governo socialista, porque em todas as grandes opções correu para ele, e ele agora já não está lá, à última hora, para lhe salvar a face. Agora ligam um ao outro, agora tentam parar o Parlamento, agora tentam suspender a sessão, agora tentam matar a democracia, mas já há pouco a fazer num Governo que já perdeu a confiança da maioria dos portugueses.

À hora que estamos aqui, o Primeiro-Ministro sabe que os mesmos estudos de opinião que referiu, e que a esta hora estão a sair, dizem que Luís Montenegro já perdeu a confiança da maior parte da população. Daí a tentativa de salvar, à última hora, a face. Com quem? Não fosse com Pedro Nuno Santos, seria com José Luís Carneiro, ou com qualquer outro. O PSD correu sempre para os braços do PS. Esse tempo agora parece ter chegado ao fim.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, provavelmente, abriremos a seguir um ciclo eleitoral, e este ciclo eleitoral, claro, não é isento de riscos. Não é isento de riscos para ninguém e não é para a democracia. Ellen Hopkins dizia que quem não corre riscos não cumpre os sonhos. Nós vamos cumprir Portugal!

*Aplausos do CH, de pé.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, que dispõe de 23 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, a exclusividade do Primeiro-Ministro não se negocia entre o PS e o PSD, as comissões parlamentares de inquérito não se regateiam em cima de debates de moções de confiança, o Primeiro-Ministro não pode receber avenças através de empresas que, formalmente, não passou para ninguém e que substancialmente pertencem à sua esfera pessoal.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Já não se pode...!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É por esta razão que aqui estamos, é por esta razão que Luís Montenegro não pode ser Primeiro-Ministro e apresenta uma moção de confiança sabendo que íamos a eleições.

Este é o fundo do debate; tudo o resto são números políticos lamentáveis a que os portugueses não deviam estar obrigados a assistir.

*Aplausos do BE, do L e da Deputada do PS Maria Begonha.*

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — E os despedimentos das grávidas?!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, que dispõe de 15 segundos.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Quinze dias para uma comissão parlamentar de inquérito não é sério; é desrespeitar o Parlamento, os

portugueses, que querem esclarecimentos, num quadro real que não está sujeito a negociação, não pode ser uma barganha, um arranjinho, um truque que cria uma farsa de CPI. Os portugueses sabem bem o que são CPI, conhecem-nas ao longo dos últimos 10 anos e sabem que 15 dias não chega para esse esclarecimento.

Se, de facto, o Governo quer explicar tudo com o maior detalhe possível, tem uma fórmula: não fuja aos portugueses, não fuja com truques, retire a moção, não fuja à CPI!

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares, que dispõe de 20 segundos, sendo que 10 segundos foram cedidos pelo Chega, mais, como é concedido as todos, 15 segundos de tolerância.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Portugueses: Hoje, o PS mostrou-se mais radical do que o Chega. Entre o País e o Partido Socialista, o PS escolheu o Partido Socialista.

*Aplausos do PSD.*

*Risos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Creio que, esgotados e exprimidos todos os segundos, podemos passar ao encerramento.

Então, para a intervenção final, dou a palavra ao Sr. Ministro de Estado e das Finanças, que dispõe de 10 minutos.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças** (Joaquim Miranda Sarmento): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Há um ano, Portugal votava na AD com o lema «Mudança segura». Passado um ano, Portugal começa a mudar e está melhor.

Após oito anos de Governo socialista, marcados pelo empobrecimento, pelo aumento da carga fiscal, pelo colapso de muitos serviços públicos e um baixo investimento público, Portugal abriu um novo caminho de reformismo e mudança.

Uma governação virtuosa, que mostra que é possível ter crescimento económico, melhor emprego e salários, ao mesmo tempo que se reduzem impostos sobre as famílias e as empresas, que se melhoram os serviços públicos, que se valorizam as carreiras da Administração Pública e que há mais investimento público.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Comecemos pelo crescimento económico: em 2024, o crescimento económico superou as expectativas do Governo e da maioria das instituições e, apesar da enorme incerteza internacional e dos riscos, as perspetivas de crescimento para 2025 são francamente animadoras.

Portugal tem de ter ambição e crescer ao nível dos países da coesão que estão no nosso nível de rendimento, ou seja, crescer próximo dos 3 %, conforme tínhamos no nosso programa eleitoral.

Os salários estão a crescer acima de 6 %, quando a inflação já está próxima de 2 %, ou seja, um aumento real de rendimentos para quem trabalha. O emprego está em máximos históricos e temos um nível baixo de desemprego.

Assinámos um acordo de concertação social com um aumento do salário mínimo que atingirá 1020 € em 2028, ou seja, uma vida melhor para todos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O investimento privado está também a crescer de forma significativa com forte dinamismo dos grandes projetos.

A atração de investimento produtivo é já uma marca deste Governo, e saliento três projetos estruturais: a fábrica da Lufthansa Technik; a fábrica de baterias elétricas da CALB (China Aviation Lithium Battery) e o projeto do carro elétrico da Autoeuropa. São três projetos com mais de 2 mil milhões de euros de investimento e mais de 2000 empregos diretos.

Quanto à Autoeuropa, o Governo garante que Portugal manterá esta empresa estratégica por muitos anos, perante a ameaça do seu encerramento se, nos próximos anos, não fizermos a transição para o elétrico.

No Programa Acelerar a Economia, que está já a mostrar resultados, apostámos na desburocratização e na simplificação administrativa, bem como na criação de uma estratégia digital e de inteligência artificial. Apostar no investimento público é outra prioridade do Governo, dentro do mote dos próximos anos, acelerando a execução do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e dos fundos europeus, depois de atrasos significativos no anterior Governo.

Em síntese, uma vida melhor para todos.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a melhoria da vida dos portugueses passa também muito, como sempre dissemos, pela redução dos impostos: reduzimos o IRS para todos, em 2024 e em 2025, no Orçamento do Estado, em particular para a classe média; alargámos significativamente o IRS Jovem, com uma forte redução do esforço fiscal daqueles que trabalham e têm menos de 35 anos; isentámos de IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) e de imposto do selo a compra da primeira casa por parte dos jovens — só assim é possível reter e atrair talento, estancando a emigração dos nossos jovens mais qualificados.

Estas reduções de impostos entre 2024 e 2025 representam um aumento do rendimento dos portugueses de mais de mil milhões de euros. Mas mantemos o nosso compromisso de continuar a baixar impostos nos próximos anos: apresentámos uma agenda de simplificação fiscal em janeiro e ainda ontem concretizámos 20 medidas de redução da burocracia do sistema fiscal.

Uma vida melhor para todos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a melhoria da vida dos portugueses passa também muito pela melhoria dos serviços públicos: estamos a recuperar o SNS, que o anterior Governo deixou numa situação de absoluta rutura;...

*Protestos do PS e do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

... estamos a valorizar a escola pública e a oferta de creches e ensino pré-escolar; estamos a reforçar a segurança nas nossas ruas;...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Falso!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — ... estamos a apostar na capacidade da defesa militar e a melhorar os transportes e a mobilidade.

Apresentámos, ainda, programas para a juventude e para o setor do desporto.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É tudo no papel!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Enfrentámos o gravíssimo problema da imigração. Portugal precisa de migrantes para a sua economia, mas o Governo socialista deixou-nos uma situação de caos absoluto, com consequências humanas, sociais e políticas dramáticas. Regular a imigração foi uma prioridade deste Governo, com resultados já bastante positivos.

Na habitação, uma das principais preocupações dos portugueses, alargámos a oferta pública, passando o objetivo de 26 000 casas do PRR para 59 000 no final da década; criámos um programa de simplificação urbanística para aumentar a oferta, além dos apoios fiscais que já referi antes.

*Protestos de Deputados do PS.*

Decidimos o novo aeroporto de Lisboa...

**Vozes do PS:** — Já estava!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças:** — ... e a linha de alta velocidade; apresentámos, em setembro, um programa para continuar a transição energética e a descarbonização da nossa economia; no setor da água, apresentámos o programa Água que Une, conciliando o ambiente com as necessidades de consumo das famílias e da agricultura; colocámos a agricultura no centro das políticas públicas, valorizando os recursos naturais e todo o território.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Desenvolvemos um programa anticorrupção, reforçando meios e mecanismos legais; na cultura, reforçámos os meios e promovemos o acesso a museus e monumentos; reforçámos as prestações sociais, em particular o complemento solidário para idosos, com dois aumentos, passando de 550 € para 630 € mensais, e passando a haver medicamentos gratuitos para todos aqueles que recebem o complemento solidário para idosos, bem como para os antigos combatentes.

*Protestos da Deputada do PS Mara Lagriminha Coelho.*

Reforçámos as verbas para as IPSS (instituições particulares de solidariedade social), que prestam um serviço fundamental aos portugueses em todo o território.

Em síntese, uma vida melhor para todos.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, estamos a fazer o maior esforço de sempre na valorização das carreiras da Administração Pública, abrangendo já cerca de metade dos trabalhadores da administração central. Valorizámos 17 carreiras, repito, 17 carreiras: professores, agentes da PSP, guardas da GNR, militares, guardas prisionais, oficiais de justiça, médicos, enfermeiros, técnicos de emergência médica, técnicos farmacêuticos, diplomatas, funcionários da Autoridade Tributária, técnicos de orçamento e finanças públicas, técnicos superiores de estatística do INE (Instituto Nacional de Estatística), técnicos do centro de Governo e da AP (Administração Pública), bombeiros sapadores e inspetores das pescas.

*Aplausos do PSD.*

São 17 carreiras especiais e mais de 300 000 pessoas que todos os dias servem os portugueses na Administração Pública e que têm hoje melhores condições de trabalho do que há um ano, num esforço que se prolonga até 2027.

Mas não esquecemos os restantes trabalhadores da Administração Pública: assinámos com duas das três estruturas sindicais um acordo de rendimentos para vigorar entre 2025 e 2028, com aumentos salariais e do salário mínimo superiores ao previsto pelo anterior Governo e com um calendário de revisão das restantes carreiras gerais. Em 2028, todos os funcionários do Estado estarão bastante melhor do que estavam em 2024.

Uma vida melhor para todos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, sem dúvida, uma vida melhor para todos, e tudo isto em menos de um ano, mas sem abdicar do equilíbrio das contas públicas e da redução da dívida pública: fechámos 2024 com um *superavit* em torno de 0,4 % e uma dívida pública de cerca de 95 % do PIB (produto interno bruto); para 2025, projetámos um *superavit* de 0,3 % e, ainda há duas semanas, a Presidente do Conselho das Finanças Públicas dizia que essa importante instituição projetava um *superavit* de 0,4 % do PIB.

Todos nos lembramos de como o Partido Socialista foi profeta da desgraça, dizendo que estas políticas públicas levariam Portugal a um desequilíbrio orçamental, que o Governo não conseguiria entregar em outubro,

em Bruxelas, o plano orçamental de médio prazo. Não só entregámos esse plano, como ele passou sem qualquer reserva da Comissão Europeia, e aprovámos o Orçamento do Estado para governar em 2025.

Já este ano, duas agências subiram o *rating* da República. Tal como a generalidade dos portugueses, os mercados, as instituições e os investidores têm confiança em Portugal, na atuação deste Governo e nos bons resultados das suas políticas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Mas, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, ainda há muito para fazer. Temos de continuar o programa da AD; continuar o programa de simplificação fiscal; acelerar a economia; regular a imigração; no setor social, reforçar as pensões, as prestações sociais e o apoio às IPSS; na saúde, garantir aos portugueses um acesso rápido; na educação, promover melhor formação das nossas crianças e jovens; na segurança, reforçar os meios; na justiça, torná-la mais rápida e eficiente; implementar o PRR e os fundos europeus; na defesa e na diplomacia, nunca esquecendo o apoio à Ucrânia, reforçar a capacidade militar; no apoio à juventude, com o muito que já foi feito, fazer o muito que ainda há por realizar. Mais do que promessas, resultados.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o País e os portugueses perguntam: porque vamos para eleições?

*Protestos de Deputados do PS.*

Porque querem o PS e o Chega eleições agora, num contexto internacional tão difícil e exigente, com resultados da governação tão bons, quando Portugal está no bom caminho, com estabilidade, crescimento e desenvolvimento?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Isso não é sério!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Querem eleições, porque sabem que o Governo está a governar bem, a produzir resultados.

*Protestos do PS.*

Portugal não pode parar. Não estraguem o que estamos a fazer em benefício dos portugueses e de Portugal.

**Vozes do PS**: — Retirem a moção!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Mas, mais importante, se querem mesmo uma comissão parlamentar de inquérito, se querem mesmo o total esclarecimento, viabilizem esta moção de confiança.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.*

*Protestos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Paulo Nuncio pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, nos termos do n.º 1 do artigo 220.º do Regimento da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do CDS-PP vem requerer, a título potestativo, a interrupção dos trabalhos antes da votação desta moção de confiança.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, como referi logo no início, consta, realmente, dos termos regimentais a possibilidade de um grupo parlamentar requerer, neste momento, um intervalo de uma hora, para a seguir ser feita a votação.

Portanto, são 18 horas e 40 minutos, pelo que diria que, daqui a uma hora, se não for antes, serão retomados os trabalhos.

Vamos, então, interromper os trabalhos.

*Eram 18 horas e 40 minutos.*

Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos, passando à fase de votação.

*Eram 19 horas e 43 minutos.*

Pedia aos serviços o favor de abrirem o sistema de verificação do quórum, para todos os Srs. Deputados poderem fazer o respetivo registo. Se algum dos Srs. Deputados não o conseguir fazer, peço para indicarem isso à Mesa, com o respetivo nome, para a verificação do quórum.

*Pausa.*

Há algum Sr. Deputado com dificuldade no respetivo registo?

*Pausa.*

Não havendo nenhum Sr. Deputado que tenha tido dificuldade, posso encerrar o sistema. Então, peço aos serviços o favor de fechar o sistema para verificarmos o quórum.

*Pausa.*

Estão presentes 224 Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, portanto, temos quórum para podermos deliberar.

Vou, então, colocar à votação a Moção de Confiança ao Governo n.º 1/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Estabilidade efetiva, com sentido de responsabilidade.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PS, do CH, do BE, do PCP, do L e do PAN e os votos a favor do PSD, da IL e do CDS-PP.*

Portanto, com este ponto, finda a nossa ordem do dia de hoje.

O Sr. Deputado Fernando Medina está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Fernando Medina** (PS): — Sr. Presidente, é para anunciar que apresentarei uma declaração de voto por escrito.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado.

Mais algum Sr. Deputado?

*Pausa.*

Portanto, este ponto da moção de confiança fica terminado.

Da ordem do dia para amanhã, que começa às 15 horas, consta, no primeiro ponto, o debate preparatório do Conselho Europeu e, no segundo ponto, a apreciação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 535/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Altera o regime jurídico das instituições de ensino superior, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, 564/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino superior (terceira alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de

setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições do ensino superior), 565/XVI/1.<sup>a</sup> (IL) — Altera o regime jurídico das instituições de ensino superior, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, 566/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Garante maior representatividade e voz aos estudantes, investigadores, bolseiros e trabalhadores no ensino superior, e 572/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Altera o regime jurídico das instituições de ensino superior, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro.

Cumprimento o Governo e despeço-me do Sr. Primeiro-Ministro.

Está encerrada a sessão.

*Eram 19 horas e 49 minutos.*

---

### *Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação*

#### *Relativa à Moção de Confiança ao Governo n.º 1/XVI/1.<sup>a</sup>:*

O sistema político não conseguiu evitar uma nova crise política no País, levando, lamentavelmente, à convocação das terceiras eleições legislativas em quatro anos e às quartas eleições legislativas em seis anos. Devia-se ter feito mais para as evitar.

Esta situação é, em primeiro lugar, prejudicial ao País. Não é possível assegurar uma governação coerente, dirigida aos problemas centrais do País e com força para enfrentar os fortes bloqueios que qualquer reforma efetiva sempre enfrenta, com Governos que duram em média menos de dois anos (que é o que temos tido nos últimos seis anos).

Pelo contrário, a assunção pelos Governos de que estarão perante ciclos curtos de governação (os apelidados «miniciclos»), como aconteceu com o atual, leva diretamente à concentração da ação política no que tende a ser mais popular, de maior efeito e de menor dificuldade, na tentativa permanente de melhoria da posição do Governo nas sondagens, posição vista como o melhor antídoto para atrasar a sua queda.

Destaca-se na atual conjuntura o facto de esta crise política fazer de Portugal um país praticamente sem voz no quadro europeu por vários meses, agravando aquela que tem sido uma tendência da presente governação, no preciso momento em que se tomarão importantíssimas decisões que afetarão o nosso futuro certamente por algumas décadas. São exemplo o forte reforço do investimento em defesa e das escolhas que o mesmo imporá, nas decisões sobre o próximo alargamento, ou na redefinição profunda dos instrumentos de financiamento das políticas da União (onde se inclui a política de coesão).

Em segundo lugar, esta era uma crise política claramente evitável. Resulta, essencialmente, de decisões do Primeiro-Ministro, aquando da sua tomada de posse e depois ao longo deste último mês, designadamente quer quanto à manutenção da empresa, ao *timing*, à forma e conteúdo da comunicação, quer sobretudo quanto à decisão de avançar com uma moção de confiança num quadro que sabia ser da sua rejeição.

Um político com a larguíssima experiência política do Primeiro-Ministro não ignoraria que uma vez nomeado seria sujeito ao escrutínio mais profundo e necessário numa democracia, mas também às acusações e ataques mais injustos e indignos, e que a ambos teria de saber dar resposta. Neste concreto, as eleições não substituem a resposta às questões, a todas as questões, das mais legítimas e necessárias às mais absurdas e mal-intencionadas.

Em terceiro lugar, a atual crise demonstrou como o debate político assente em suposições, insinuações e até calúnias continua a ganhar relevância na nossa vida política, assim se corroendo alicerces fundamentais da convivência e disputa democrática. Está nas ações concretas de cada um reverter este caminho.

Por último, a realização de novas eleições num tão curto de espaço de tempo agravará os níveis de confiança dos portugueses na política e nos políticos, na medida em que podem aparecer desfocados dos mais centrais problemas que os cidadãos enfrentam. Por outro lado, e sendo impossível qualquer antecipação do que possam vir a ser os resultados concretos neste contexto, é razoável antever que as relações entre blocos direita/esquerda no Parlamento possa não sofrer alteração significativa, o que levará a que a nova solução governativa que emergirá possa continuar a enfermar de profundas fragilidades políticas ou, pior, fique nas mãos da extrema-direita.



O Deputado do Partido Socialista — *Fernando Medina*.

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.